

MAPA FALADO
2024/2025

Departamento de Vigilância Socioassistencial

Uberaba (MG), Março de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA
Avenida Dom Luiz Maria Santana, 141 – Santa Marta – Uberaba / MG
(34) 3318-2000
<https://portal.uberaba.mg.gov.br/>

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL –SEDS
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL – DVSA
Rua Lauro Borges, 97 – Centro – Uberaba / MG
(34) 3331-2403
<https://portal.uberaba.mg.gov.br/secretarias/desenvolvimento-social>

Elisa Gonçalves de Araújo
Prefeita Municipal

Ernani Neri dos Santos Júnior
Secretário de Desenvolvimento Social

Anna Maia Jampaulo Andrade
Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social

Vânia Helena Guarato
Chefe do Departamento de Vigilância Socioassistencial

EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Aline Silva Bomfim – **Assistente Social**
Alyne Ferreira Vitória- **Administrativo**
Josiane Cristina Orlando de Souza – **Psicóloga**
Valéria Guimarães Rezende Pereira- **Psicóloga**
Zilda Cristina dos Santos – **Assistente Social**

Sumário

1. Apresentação: O Mapa Falado como diagnóstico participativo dos territórios	4
2. Território do Cras Abadia: “Uma cidade dentro de uma cidade”	10
3. Território do Cras Polo 1: “Notas sobre a infância”	15
5. Território do Cras Boa Vista: “Entre o CRAS e a UBS”	25
6. Território do Cras Décio Moreira: “Tem que ser família, escola e comunidade”	30
7. Território do Cras Girassóis IV: “Elas cuidam e resistem”	36
8. Território do Cras Residencial 2000: “Adolescer e esperar”	41
9. Território do Cras Morumbi: “O voo do Beija-Flor”	46
10. Território do Cras Vila Paulista: “Um olhar para o Rio de Janeiro”	51
11. Da escuta à sistematização: leituras do Mapa Falado	55
12. Considerações Finais	70
13. REFERÊNCIAS	73

1. Apresentação: O Mapa Falado como diagnóstico participativo dos territórios

O Mapa Falado é uma importante ferramenta de diagnóstico dos territórios para os processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e serviços na área da saúde, educação, habitação, esporte, lazer e cultura, bem como para a Política de Assistência Social. Este, quando construído coletivamente nos territórios, possibilita o alcance mais próximo do real, sobre como determinado território é ocupado.

Esta metodologia, considerada uma técnica participativa, permite que os moradores de determinado espaço construam a representação de um mapa, trazendo elementos que extrapolam a localização geográfica, com reflexões sobre aspectos históricos, projeções para o futuro, pertencimentos, valores, presença/ausência do estado, entre outros.

A coleta de dados e organização de bancos de dados, não contempla por si só a interpretação de dados, conforme ilustrado por Lazzari (2018), o Mapa Falado trabalha e traz à tona o que os números não conseguem alcançar. Este oferece uma perspectiva complementar sobre o território, incorporando elementos qualitativos aos diagnósticos socioterritoriais. Lazzari (2018) considera o Mapa Falado como uma técnica inovadora que gera novas demandas, pois sensibiliza a população sobre os serviços que existe, o que precisa melhorar e o que deveria existir, além de ilustrar o georreferenciamento da rede de serviços socioassistenciais existentes.

Fiorotti (2016, p.151), a respeito do Mapa Falado defende que:

É preciso ter a realidade presente através da coleta de dados, de metodologias participativas, tais como “Mapa Falado” ou cartografia social, entre outras, destacando a interação com a população, com o território e com as equipes. Faz-se necessária uma visão de totalidade do território, do contexto histórico e seus agentes internos e externos. A Vigilância Socioassistencial pode ser um agente facilitador de apreensão e análise da realidade junto à população no território, bem como junto às equipes quando faz uso de metodologias que oportunizem aprendizado no processo coletivo de apreensão da realidade escamoteada, difusa, escondida nas armadilhas do modo de produção vigente no país.

O Mapa Falado, neste contexto, se apresenta como uma ferramenta potente da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que além de contribuir para a participação social e construção coletiva, é uma intervenção de baixo custo para a gestão no que diz respeito à sua execução, contudo de grande valia para o direcionamento da agenda política e aperfeiçoamento dos serviços da rede socioassistencial.

A territorialização enquanto uma das diretrizes estruturantes da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, exige um rigoroso trato conceitual sobre o termo território, haja visto sua relevância estratégica para o SUAS e os vários sentidos que o termo “território” pode assumir. É

importante ressaltar que pensar o território exige a superação da concepção reducionista que compreende o território como uma mera divisão geográfica e demográfica dos espaços. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social, *“Na dinâmica viva do território se busca apreender as contradições, as ambiguidades e os potenciais presentes e futuros de evolução social ali contidos.”* (Brasil, 2014, p. 15)

A incorporação da perspectiva territorial no Sistema Único de Assistência Social, considera as diversidades e desigualdades existentes no país para a garantia da universalidade de cobertura, cuidando pela não homogeneização das condições sociais e culturais sejam elas em âmbitos estaduais, entre municípios e até dentro de um mesmo município,

Um mesmo município pode ser constituído para vários territórios (considera-se o território de vulnerabilidade e risco social onde estão –ou deveriam estar– instalados os CRAS, e, consequentemente, os potenciais beneficiários da Política Pública de Assistência Social), cuja população é diferente, tem anseios e perspectivas diversificadas, com características e carências específicas e potencialidades distintas (Nascimento e Melazzo, 2013, p.74).

Milton Santos, geógrafo e autor referência para a discussão sobre território, nos traz sobre a identidade e o pertencimento atribuídos ao chão que se pisa, considera os diferentes sujeitos sociais que ocupam os territórios e as relações de poder existentes. Nesta perspectiva é no território que se materializa a diversidade, que se tem o resultado da efetividade ou não das políticas públicas, e que se encontra a base para sua análise e aperfeiçoamento.

Neste ínterim, o Mapa Falado, como ferramenta para identificação das potencialidades e desafios do território, contribui para o diálogo entre os profissionais do SUAS e usuários sobre a realidade social vivenciada em cada território, além de fortalecer a relação entre a Proteção Social Básica com o Departamento de Vigilância Socioassistencial. Esta edição do Mapa Falado pode ainda contribuir para a construção do Diagnóstico Socioterritorial e Plano Municipal de Assistência Social a partir da discussão sobre a ocupação dos espaços pela política de assistência social e demais políticas setoriais nos territórios através do levantamento e análise territorial pela visão dos usuários da política de assistência social.

O Diagnóstico Socioterritorial do município de Uberaba, realizado pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial em 2021 evidenciou através de uma metodologia de análise do conjunto de variáveis existentes no Cadastro Único, o Índice de Vulnerabilidade Familiar - IVF por território. Dessa forma, o diagnóstico confere materialidade às conceituações trazidas até aqui, ao demonstrar as diferenças e similaridades de indicadores existentes em cada território.

Portanto, a realização do Mapa Falado é uma forma de contribuir para o aperfeiçoamento da política de assistência social e dos serviços ofertados com todas as suas particularidades. Pode também auxiliar as equipes técnicas dos territórios a refletir sobre os processos de trabalho.

De acordo com Faria e Neto (2006), o Mapa Falado é uma das ferramentas utilizadas para o Diagnóstico Rural Participativo - DRP que também pode ser interpretado como Diálogo, Reflexão e Planejamento por abarcar metodologias que contribuem com a participação/construção coletiva da população local de determinado território.

Para construção dessa metodologia participativa, os autores trazem Paulo Freire, educador e filósofo patrono da educação brasileira, como um importante impulsionador da reflexão sobre educação popular.

No ano de 1976, Freire lança o livro “Extensão ou Comunicação?”, voltado especialmente aos profissionais das Ciências Agrárias, no qual alerta que o trabalho desses profissionais não deve se esgotar no domínio da técnica, “pois esta não existe sem os homens e estes não existem fora da história, fora da realidade que devem transformar” (Freire, 1983:49). (Neto e Faria, 2006, p.10)

Para Freire (apud Neto e Faria, 2006), não basta apenas a constatação da realidade vivida ou a descrição, mesmo que bem produzida, de uma dada realidade. É necessário que essa realidade vivida, ao se tornar consciente, seja coletiva e fruto de análise crítica do concreto, que parta de quem de fato vivencia tal realidade, que se compreenda essa realidade como transitória e portanto, passível de transformação.

É nessa perspectiva que o Mapa Falado, assim como outras ferramentas elaboradas inicialmente pelas ciências agrárias, ganha espaço nas diversas áreas que demandam o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O Mapa Falado aqui proposto se apresenta como possibilidade de amplificador das vozes dos usuários da política de assistência social do município, que ao pensarem e refletirem sobre a realidade concreta e diversa, considerando todas as contradições inerentes aos territórios, pode se tornar uma potente ferramenta de subsídio para diversas ações que visam a transformação dos territórios.

1.1 Caminho Percorrido

Para a construção do Mapa Falado, a equipe técnica do Departamento de Vigilância Socioassistencial (DVSA) realizou um breve levantamento bibliográfico e leituras de experiências de Mapas Falados executados em outros municípios para, posteriormente, elaborar o projeto que foi socializado com todos os CRAS visando uma construção horizontal e participativa. Após a

socialização do projeto, o DVSA realizou reuniões com as equipes técnicas dos CRAS para possíveis ajustes metodológicos, divisão de tarefas e definição de datas dos encontros com as famílias. De modo geral, buscou-se aproveitar os grupos já existentes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e/ou Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV em cada CRAS.

As oficinas ocorreram entre o período de outubro de 2024 a abril de 2025. A equipe técnica do DVSA percorreu os 9 (nove) CRAS, em dois deles, a pedido da equipe técnica, realizamos mais de um encontro, seja para garantir a participação de faixas etárias diferentes, ou para abranger bairros que são distantes das sedes dos CRAS.

Como metodologia para iniciar as oficinas foi utilizada a dinâmica de quebra gelo “Voo dos Passarinhos” na qual os participantes se apresentavam e escolhiam um pássaro para sobrevoar os territórios observando as potencialidades e os desafios de cada localidade. Surgiram bem-te-vis, beija-flores, pardais, sabiás, pombas, gaviões, pássaros-pretos, os quais pousaram em determinados pontos e “cantaram” as histórias dos lugares. Algumas perguntas norteadoras, como: “o que existe aqui?”, “sempre foi assim?”, “como queremos que este mapa esteja daqui (X) anos?”. Embora todas as oficinas tenham seguido o mesmo objetivo e metodologia, foi respeitada a singularidade de cada território.

As discussões possibilitaram o alcance de informações como: a evolução histórica dos territórios; identificação de valores; percepção de bem-estar; projeção de cenários futuros e outros. Para facilitar a visualização de cada território, ofertamos mapas locais em branco desenhados em papel kraft, os quais foram preenchidos pelos participantes com suas observações. A condução e a relatoria das oficinas ficaram a cargo das técnicas do DVSA, em estreita parceria com as equipes dos CRAS, que acolheram a proposta com sensibilidade e compromisso. A atuação dessas equipes foi fundamental para a organização do espaço, a mobilização das e dos moradores e para a construção de um ambiente de escuta, confiança e diálogo com a comunidade.

1.2 História dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS

Um dos eixos centrais do *Mapa Falado* é a retomada da história. Por isso, apresentamos, a seguir, um breve resgate da trajetória dos CRAS de Uberaba¹, marcada por avanços, desafios e acontecimentos que moldaram a política de assistência social no município.

¹ O resgate histórico aqui descrito se deu a partir da história oral de profissionais que participaram e/ou acompanharam o processo de implementação da Política de Assistência Social do Município e permanecem atuando na política.

A criação dos CRAS em Uberaba-MG caminhou junto ao processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no Brasil. Foi em 2005, no contexto dos esforços nacionais de descentralização e territorialização da política, que as primeiras unidades começaram a ser implantadas, levando a assistência social para mais perto dos territórios e das famílias.

Portanto, é importante salientar que os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS são unidades públicas descentralizadas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que realizam os Serviço da Proteção Social Básica e estão localizados em territórios estratégicos para atender as demandas da sociedade. O objetivo deste serviço é trabalhar a prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais, considerando a singularidades das famílias e dos territórios por meio das ofertas de Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos- SCFV e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF.

Inicialmente, no ano de 2005, foram implantadas 12 (doze) unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Uberaba. À época, essas unidades funcionavam em parceria com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Saúde, estando instaladas em escolas, creches e/ou Unidades Básicas de Saúde. Parte dessas unidades compartilhava o espaço físico com equipamentos da área da Educação, como as creches, o que gerava conflitos quanto ao uso do ambiente. Enquanto o CRAS deveria permanecer aberto para o atendimento e acolhimento da comunidade, as creches, por sua natureza, necessitavam manter o espaço restrito, a fim de garantir a segurança e a proteção das crianças.

Em 2006, existia o Núcleo de Assistentes Sociais, localizado na Rua São Sebastião, onde todas as profissionais da área vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) denominada, à época, Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS) realizavam seus atendimentos. A partir desse mesmo ano, as profissionais foram realocadas para as unidades dos CRAS, conforme o processo de implantação e estruturação de cada unidade nos territórios.

Atualmente, o município conta com aproximadamente 350 mil habitantes, conforme dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2022. Possui nove unidades do CRAS, sendo estes: CRAS Eleusa Helena Resende/Abadia; CRAS Luci Caxeta da Silva/Polo I; CRAS Suzana da Graça C Maia Stamato Bérghamo/Tutunas; CRAS João Wagner Ribeiro/Boa Vista; CRAS Décio Moreira; CRAS Viviane Ribeiro Fontes/GIRASSÓIS IV; – CRAS Ione Aparecida da Silva /Residencial 2000; CRAS- Maria Helena Silva Reis/Morumbi; CRAS- Maria Aparecida Silva/Vila Paulista.

Vigilância Socioassistencial

Vigilância Socioassistencial

Vigilância Socioassistencial



2. Território do Cras Abadia: “Uma cidade dentro de uma cidade”

O CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Eleusa Helena de Resende foi fundado em 1º de junho de 2005 e, ao longo de sua trajetória, funcionou em diferentes espaços no território de abrangência. Inicialmente, as atividades do equipamento foram desenvolvidas na Rua Saldanha Marinho, local onde se iniciou o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social da região. Posteriormente, o CRAS foi transferido para um espaço situado na atual Fundação Municipal de Esporte e Lazer (FUNEL), o que possibilitou a continuidade da oferta dos serviços socioassistenciais enquanto se aguardava a definição de uma sede definitiva. Atualmente, a unidade encontra-se instalada na Rua São Mateus, nº 544, no bairro Vila São Vicente.

O CRAS recebe o nome de Eleusa Helena de Resende em homenagem à profissional formada em Serviço Social na cidade de São Paulo, servidora pública de carreira, que atuou como a primeira assistente social da então Secretaria de Assistência Social e Promoção Humana, hoje denominada Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS. Sua trajetória profissional contribuiu de forma significativa para a consolidação da política de assistência social no município, motivo pelo qual seu nome foi atribuído ao equipamento.

Atualmente, o CRAS Eleusa Helena de Resende é referência para 13 bairros. A equipe de trabalho é composta por 13 profissionais: uma gerente, dois assistentes administrativos, três agentes sociais, uma educadora social, dois assistentes sociais, dois psicólogos, uma instrutora de artes e uma serviços gerais. A unidade desenvolve três grupos vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV: “Tocando em Frente”, voltado para pessoas idosas; “Ramo de Alecrim”, grupo de mulheres vinculado ao Banco de Alimentos; “Cesta Verde”, também vinculado ao Banco de Alimentos, é formado por adultos.

A Oficina

A Oficina do Mapa Falado foi realizada no dia 24 de outubro de 2024, na sala de reuniões do CRAS Abadia, espaço cuidadosamente organizado pela equipe técnica do CRAS para acolher as famílias e profissionais participantes, criando um ambiente de escuta e partilha.

Participaram 21 pessoas, entre usuários e técnicos da política de assistência social, que contribuíram ativamente para a construção coletiva do mapa. A oficina teve início com um acolhimento musical, o que favoreceu um clima de descontração e aproximação entre os presentes.

Após o momento de acolhimento, a oficina seguiu com uma dinâmica de apresentação. As e os participantes se apresentavam dizendo o nome e local onde moravam, posicionando-se no mapa com pontos dourados. Os profissionais participantes também se localizaram, o que permitiu perceber como suas residências extrapolavam o território de abrangência do CRAS. A partir das apresentações, surgiram reflexões significativas.

Uma das participantes observou “somos a nata, estamos no meio do território”, comparando com os locais onde os técnicos residiam dizendo “você moram na “casca”. Ao observarem o mapa com os pontos dourados identificando a moradia de quem estava participando da oficina, o grupo também refletiu que as pessoas que moram próximas ao CRAS têm mais facilidade de acessar a unidade, enquanto aquelas que moram mais distantes enfrentam dificuldades de deslocamento.

Mencionaram ainda que muitos moradores não frequentam o CRAS por falta de informação sobre os serviços ofertados. Outra pergunta norteadora da oficina foi “o que é território?” A maioria respondeu “onde a gente vive e mora”. O que nos possibilitou, inspiradas por Milton Santos, a refletir coletivamente, sobre o território ser, além do chão que se pisa, o sentimento de pertencimento e identidade com o local. As palavras acolhimento, rede de apoio e fortalecimento de vínculos comunitários, surgiram a partir desse diálogo, acompanhadas de depoimentos como o de uma das usuárias participantes que afirmou: “Gosto de vir aqui, me sinto aceita pelo grupo”.

O grupo compartilhou comparações com outros territórios, participantes que já moraram em outros bairros compartilharam que no território do CRAS Abadia se sentem pertencentes e seguras. Após esse momento, as facilitadoras propuseram a discussão sobre o território a partir das seguintes perguntas: “O que existe aqui? Quais as ausências? O que precisa melhorar?”

Potencialidades

Os participantes destacaram como potencialidades do território a ampla presença de equipamentos públicos, serviços, iniciativas comunitárias e espaços de convivência, que contribuem para a dinâmica social e o acesso a direitos. Foram mencionados a Praça da Abadia, a Avenida Prudente de Moraes e a Avenida Orlando Rodrigues da Cunha (Carangola), reconhecidas pela centralidade urbana, oferta de comércio e circulação de pessoas. A Feira da Abadia também foi ressaltada como importante espaço de convivência e acesso à alimentação, incluindo referências simbólicas como o tradicional “pastel da feira”.

No campo da saúde, foram apontados como referências o Hospital Escola, a Unidade Básica de Saúde Dona Aparecida Conceição do Pênfigo, a Unidade Matricial de Saúde Tibúrcio Teixeira Santos, a Unidade de Oncologia Dona Aparecida Conceição do Pênfigo, o Centro de Atenção

Integrada em Saúde (CAIS), o Centro de Testagem Anônima (CTA), o Centro de Reabilitação Prof. Dr. Fausto da Cunha Oliveira (UFTM) e a Farmácia Municipal. Também foram reconhecidas a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a Fundação de Ensino e Pesquisa – FUNEP, pela relevância para o território e para o município.

Na área da assistência social e garantia de direitos, os participantes citaram o CRAS Abadia, o Conselho Tutelar, o Núcleo Especializado no Atendimento a Vítimas de Abuso Sexual (NEVAS), o Restaurante Popular, além de diversas organizações da sociedade civil, como a Organização dos Amigos da Infância e Adolescente – OASIS, a Associação dos Voluntários do Hospital de Clínicas da UFTM, o Lar da Caridade, a Legião da Boa Vontade (LBV), o Projeto Social Pedro Silvério, o Projeto Latinha Solidária, o Projeto Social Beija-Flor, o Centro Espírita José Horta e o Centro Espírita João Urzedo, com o Projeto Esperança e o Projeto Pão Nosso.

No campo da educação, cultura, esporte e lazer, foram mencionados a Escola Municipal Geni Chaves, a Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Uberaba (FUNEL) e o Conservatório Estadual de Música Renato Frateschi, reconhecidos como importantes espaços de formação e convivência.

Durante a construção do Mapa Falado, emergiram falas que expressam o sentimento de pertencimento e valorização do território, tais como: *“A Prudente de Moraes é melhor que o centro da cidade”*, *“Temos tudo no nosso território”* e *“A cidade acessa muitos serviços de saúde a partir daqui”*. Também foram citados equipamentos localizados fora do território, mas acessados pela população, como a Unidade de Atenção ao Idoso (UAI), o Centro de Atenção Integral à Mulher (CAISM) e a UPA Parque do Mirante.

Desafios

Paralelamente às potencialidades, os participantes apontaram desafios e situações de vulnerabilidade presentes no território. Entre eles, destacaram-se situações de trabalho infantil e pessoas em situação de rua. Diante dessas colocações, a equipe técnica promoveu diálogo qualificado sobre a rede de serviços existentes no município e a importância de enfrentar essas situações a partir de uma perspectiva de proteção social, evitando leituras culpabilizantes das famílias e indivíduos.

Ao refletirem sobre o futuro do território, a partir da pergunta *“Como vocês imaginam o território daqui a cinco anos?”*, os participantes reconheceram avanços já conquistados, mas ressaltaram a necessidade de ampliação de políticas públicas, especialmente serviços voltados para jovens e adolescentes, geração de renda, atividades de contraturno escolar e fortalecimento da segurança patrimonial. Foi relatado o aumento de roubos ao patrimônio, afetando equipamentos

públicos das áreas da saúde, assistência social e educação, além da ausência das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) no território.

No encerramento da oficina, a equipe retomou os objetivos propostos e questionou se o mapa elaborado refletia as percepções do grupo. Todos os participantes concordaram, reforçando o orgulho em pertencer ao território e expressando o desejo de aprimorar e fortalecer o que já existe. A atividade foi finalizada com uma fala síntese do grupo:

“Nos anos 2000, o Bairro Abadia era estigmatizado por ser um bairro ruim, inseguro e que não tinha nada. Hoje é um bairro valorizado, e sentimos orgulho do território, esperando melhorias e aperfeiçoamentos do que já foi conquistado.”

Imagem 1



Imagem 2



**Vi
gil
ân
cia
So
cio
as
sis
te
nci
al**



3. Território do Cras Polo 1: “Notas sobre a infância”

O CRAS

O CRAS Luci Caxeta da Silva – CRAS Polo I, localizado na Av. José Valim de Melo, 2635 - Conj. Chica Ferreira, foi criado em 01 de junho de 2005, inicialmente chamava-se CRAS Polo I. Em setembro de 2008, a unidade passou a receber o nome Luci Caxeta da Silva, em reconhecimento ao trabalho e à dedicação prestados por essa profissional, que contribuiu significativamente para o fortalecimento das ações desenvolvidas no território. Antes da inauguração do CRAS, funcionava no local o Núcleo de Iniciação Profissional, fundado em 2004, onde eram oferecidos diversos cursos voltados à qualificação e à geração de renda.

Atualmente o CRAS Polo I é referência para 12 bairros e conta com os seguintes profissionais: uma gerente da unidade, dois assistentes sociais, uma educadora social, uma psicóloga, duas instrutoras de artes, uma agente administrativo, uma auxiliar de serviços gerais, um trabalhador braçal, totalizando 10 profissionais. Neste CRAS ocorrem três grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): Mulheres Superpoderosas, Melhor Idade e Grupo com as mulheres da varrição.

A Oficina

A Oficina do Mapa Falado ocorreu no dia 05/12/2024. Participaram 28 pessoas, sendo estas pessoas residentes, lideranças comunitárias do território e representantes de instituições que realizam algum trabalho no território. Estavam presentes os seguintes representantes: da educação – Escola Estadual Horizontal Lemos e Escola Municipal Joubert de Carvalho, Associação Voluntário da Alegria, Parque Educacional Meninos e Meninas, Unidade Matricial da Saúde Alves Guaritá, Projeto Bola de Ouro, Associação Assistencial Rosa de Saron.

Inicialmente, as pessoas se apresentaram informando o nome e local onde moram, os representantes de instituições também se apresentaram, sinalizando os locais das instituições e unidades escolares no território. Após o acolhimento foi iniciada a oficina e apresentada a metodologia para os participantes.

Potencialidades

O CRAS Luci Caxeta da Silva (Polo I) foi o primeiro equipamento mencionado pelos participantes, sendo associado a sentimentos de pertencimento, afeto e reconhecimento de sua importância histórica para a comunidade. O CRAS é percebido não apenas como um equipamento público, mas como um espaço de convivência, acolhimento e vida, marcado pela presença da natureza, pelo verde que o envolve e pelo som dos pássaros que circulam pelo território.

A horta comunitária, cuidada historicamente por voluntárias e voluntários da comunidade, foi destacada como uma expressão concreta de participação social e solidariedade. As verduras produzidas no espaço são destinadas, em parte, ao Banco de Alimentos, fortalecendo práticas coletivas de cuidado e garantia do direito à alimentação. O sentimento de pertencimento ao espaço também se expressa de forma simbólica na presença constante dos cachorros Miguel e Bianca, que escolheram o CRAS como morada, sendo reconhecidos e acolhidos por quem frequenta o local.

Outro aspecto ressaltado como potencialidade é a oferta contínua de cursos profissionalizantes ao longo dos anos, como cabeleireiro, corte e costura, design de sobrancelhas e penteados. O CRAS dispõe dos equipamentos como secadores, pranchas, lavatórios e máquinas de costura. A participação comunitária nos cursos é significativa, reforçando o CRAS como espaço de aprendizagem, fortalecimento de vínculos e ampliação de possibilidades de geração de renda.

De modo geral, o CRAS foi reconhecido como um espaço acolhedor, construído e mantido a partir da relação viva entre profissionais, usuários e comunidade, reafirmando seu papel central na dinâmica do território.

A Escola Estadual Horizonta Lemos, que atende cerca de 1000 alunos, e a Escola Municipal Joubert de Carvalho, com aproximadamente 680 crianças, são referências educacionais consolidadas no território.

O território conta ainda com uma rede diversificada de equipamentos sociais e comunitários amplamente utilizados pela população, que contribuem de forma significativa para a proteção social, o cuidado e o fortalecimento de vínculos comunitários. Entre eles, destaca-se a Casa São Pio, que desenvolve ações na área da saúde por meio da Unidade Matricial Álvaro Guaritá, realizando atendimentos semanais à população. O Centro Espírita Maria de Nazaré também exerce papel relevante no território, promovendo atividades de assistência fraterna e ofertando atendimento fitoterápico, com distribuição gratuita de medicamentos naturais.

O Lar Espírita Irmã Valquíria foi apontado como uma importante referência comunitária, ofertando farmácia comunitária, cursos diversos, atendimento médico, fornecimento de alimentação para pessoas em situação de rua e distribuição de cestas básicas, ampliando a rede de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. A Associação Assistencial Rosa de Saron desenvolve atividades de

capoeira e ações de prevenção ao uso de substâncias psicoativas, especialmente voltadas ao público infantojuvenil.

Também foram mencionadas as contribuições da Associação dos Voluntários da Alegria, que atua com musicalização, reforço escolar, apoio hospitalar e a oferta de cestas solidárias, bem como o Projeto Bola de Ouro, que possui três polos no território e atende aproximadamente 500 crianças, oferecendo atividades esportivas, ações profissionalizantes e acompanhamento às famílias. Soma-se a essas iniciativas o Projeto Meninos e Meninas, desenvolvido em parceria com as Irmãs Dominicanas, que atende cerca de 140 crianças com reforço escolar, cursos e atividades esportivas e de lazer, fortalecendo o direito à convivência comunitária e ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

A equipe técnica do CRAS apresentou a proposta da Comissão de implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, convidando a escola e demais atores a integrarem a construção coletiva do enfrentamento ao trabalho infantil. Os profissionais presentes citaram o fluxo atual da Abordagem Social e informaram que está sendo desenvolvido um fluxo específico para enfrentamento do trabalho infantil, reforçando a prioridade absoluta de crianças e adolescentes.

Desafios

O território apresenta desafios significativos no que se refere à proteção social de crianças e adolescentes, com destaque para a recorrência do trabalho infantil, especialmente em áreas de grande circulação, como a Avenida José Valim de Melo e os trechos das rodovias BR-262 e BR-050. As escolas do território relatam impactos diretos dessa realidade na permanência e na frequência escolar dos estudantes, evidenciando a incompatibilidade entre trabalho e estudo. Após a implementação do Novo Ensino Médio² e a ampliação da carga horária letiva, a alteração nos horários de saída das escolas intensificou esse cenário trazendo preocupação em relação a frequência e permanência escolar de alunos trabalhadores.

A comunidade também relata dificuldades para a realização de denúncias, especialmente aos fins de semana, apontando a ausência de atendimento efetivo por parte do Conselho Tutelar nos telefones de plantão, bem como tentativas frustradas de contato com a Guarda Municipal. Essa

² “A Política Nacional de Ensino Médio foi instituída na quarta-feira, 31 de julho, por meio da Lei nº 14.945/2024. A norma reestrutura essa etapa de ensino, altera a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e revoga parcialmente a Lei nº 13.415/17, que dispôs sobre a reforma do ensino médio. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/o-que-muda-no-ensino-medio-a-partir-de-2025>.

fragilidade nos canais de denúncia contribui para a manutenção das situações de violação de direitos e para a sensação de desproteção por parte das famílias.

No âmbito educacional, as escolas enfrentam estigmas associados à questão social do território, frequentemente marcados por situações de violência, conflitos e problemas disciplinares. Esses estigmas acabam por reforçar percepções negativas sobre os estudantes e suas famílias, dificultando a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às múltiplas desproteções vivenciadas.

Outro desafio identificado refere-se ao acesso e à articulação com serviços e projetos socioeducativos do território. Foram apontadas dificuldades relacionadas aos critérios de ingresso de crianças e adolescentes no Projeto Meninos e Meninas, considerados pouco claros, o que compromete os encaminhamentos e o acompanhamento intersetorial. Profissionais relataram ainda que, ao realizarem encaminhamentos, frequentemente não recebem retorno das instituições, e que as recusas, quando ocorrem, não são devidamente justificadas, fragilizando o trabalho em rede.

Outro desafio identificado refere-se ao acesso e à articulação com serviços e projetos socioeducativos do território. Foram apontadas dificuldades relacionadas aos critérios de ingresso de crianças e adolescentes no Projeto Meninos e Meninas, considerados pouco claros, o que compromete os encaminhamentos e o acompanhamento intersetorial. Profissionais relataram ainda que, ao realizarem encaminhamentos, frequentemente não recebem retorno das instituições, e que as recusas, quando ocorrem, não são devidamente justificadas, fragilizando o trabalho em rede.

No que diz respeito à infraestrutura e aos recursos disponíveis, as e os participantes demandam melhorias nos equipamentos sociais existentes. O CRAS foi mencionado como unidade que enfrenta problemas estruturais, incluindo relatos de infiltrações e chuva no interior do prédio, além de déficit de recursos humanos, o que compromete a qualidade do atendimento. Os serviços de saúde também foram apontados como insuficientes frente à demanda local, agravando as situações de vulnerabilidade já presentes no território.

Por fim, foram identificados pontos de alta vulnerabilidade social. A região conhecida como “Vilinha”, caracterizada como uma ocupação urbana, foi destacada como local de moradia de famílias em situação de grave desproteção social, sem acesso efetivo à assistência do Estado. Além disso, campos de futebol do território, especialmente o Campo Madureira, foram citados como espaços de concentração de pessoas em situação de rua, evidenciando a necessidade de ações intersetoriais que articulem assistência social, saúde e políticas de habitação.

Imagem 5



Imagem 6



Imagem 7



4. Território do Cras Tutunas: “Alô, Alfredo Freire”

O CRAS

O CRAS Suzana da Graça Castro Maia Stamato Bergamo- CRAS Tutunas , criado em 2005, ocupou inicialmente o espaço cedido pela Creche Volta Grande. Anteriormente as creches eram vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Social, mas na ocasião da inauguração do CRAS já estavam sob o gerenciamento da Secretaria de Educação. Como o espaço era muito pequeno e não havia possibilidade de melhorar, o CRAS foi transferido para Avenida Alexandre Barbosa, no espaço pertencente à agricultura, onde havia uma pequena edificação reformada com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social. Logo cogitou-se a construção da Unidade Básica de Saúde Dr Roberto Árabe Abdanur e do Hospital Regional, e com isso o CRAS foi transferido para um local alugado na Avenida Tenente Waldyr Silva e posteriormente foi para o atual endereço, Av. Orlando Luiz Vieira, 298 - Recanto da Terra.

A homenageada Suzana da Graça Castro Maia Stamato Bergamo foi uma pedagoga, responsável pelas Creches na Secretaria de Assistência Social, por volta do ano de 1996 quando estas ainda eram vinculadas à SEDS, Suzana implantou no município os Projetos da Legião Brasileira de Assistência Social, projetos estes voltados para a assistência social, incluindo programas de alimentação, saúde e educação.

Atualmente o CRAS é referência para 51 bairros e sua equipe é composta por: dois assistentes sociais, uma psicóloga, dois agentes sociais, uma educadora social, duas instrutoras de artes, uma auxiliar de limpeza e uma gerente. E tem os seguintes grupos: Mulheres Vitoriosas Mães Artesãs, Mulheres Fantásticas e o Grupo de Ginástica para Mulheres.

A Oficina

Neste CRAS, a pedido da equipe técnica e considerando que atualmente este equipamento social é referência para mais de 50 bairros, foram realizadas duas oficinas participativas. A primeira ocorreu no dia 11/12/2024, na Associação Amigos do Conjunto Alfredo Freire, com a presença de 36 participantes, todos residentes do território do Bairro Alfredo Freire. A segunda oficina ocorreu no CRAS Tutunas, no dia 20/02/2025, reunindo 29 participantes, em sua maioria moradores do entorno do equipamento. Após a apresentação dos objetivos, metodologia do Mapa Falado e dinâmica de acolhimento, os participantes trouxeram diversas demandas da região que serão elencadas a seguir.

Potencialidades

Na oficina do Alfredo Freire a comunidade reconhece a existência de uma organização já estruturada por meio da Associação Amigos do Conjunto Alfredo Freire e também indicou a disponibilidade de espaço físico adequado no território para a implantação de um futuro CRAS, o que demonstra capacidade comunitária para apoiar e mobilizar melhorias na rede socioassistencial. Uma potencialidade destacada foi o reconhecimento de que a Unidade Básica de Saúde local poderia ser utilizada como ponto emergencial e provisório para atendimentos semanais do CRAS, o que representa uma alternativa de ampliação do acesso no curto prazo.

A presença de escolas públicas estruturadas no território foi reconhecida como uma potencialidade que, com investimentos adequados, pode fortalecer significativamente o desenvolvimento local. Os participantes trouxeram ainda que o bairro dispõe de equipamentos sociais relevantes, como praças, escolas, associação comunitária e unidade de saúde, que podem ser fortalecidos para melhorar a integração da comunidade ao território.

Na oficina realizada no CRAS Tutunas, entre as principais potencialidades, destaca-se a Igreja Medalha Milagrosa, apontada pelos moradores como espaço de apoio comunitário e mobilização social. Outro destaque foi o próprio CRAS Tutunas, valorizado pelos participantes em função dos serviços ofertados, da atuação da equipe técnica e da referência que representa para parte significativa do território. Além disso, a oferta de atividades físicas no CRAS, consideradas pelos participantes como um importante recurso de convivência, promoção da saúde e fortalecimento de vínculos. Os moradores também identificaram como aspectos positivos a organização comunitária existente no Bairro Alfredo Freire, especialmente por meio da Associação de Moradores, vista como um espaço relevante de encontro, expressão da comunidade e articulação de reivindicações. Embora haja necessidade de reformas e ampliação, os participantes reconhecem o potencial desse espaço para promover atividades coletivas e fortalecer a participação social.

Desafios

Na oficina realizada no Bairro Alfredo Freire, os participantes enfatizaram como principal desafio a ausência de um Centro de Referência de Assistência Social no território. A distância até o CRAS Tutunas é percebida como um obstáculo para o acesso, agravado pela dificuldade de comunicação via telefone e WhatsApp, especialmente para assuntos relacionados ao Cadastro Único. Os moradores também pontuaram a falta de um equipamento socioassistencial próprio no bairro, o

que, segundo eles, prejudica a efetividade das ações públicas. Além disso, surgiu a compreensão de que a atual territorialização do CRAS não reflete as necessidades da população local, comprometendo o atendimento de famílias que demandam acompanhamento contínuo. Durante a oficina realizada no CRAS Tutunas, os participantes destacaram novamente a necessidade da instalação de um CRAS no Bairro Alfredo Freire, reforçando a percepção de que a atual área de abrangência do CRAS Tutunas, que atende cerca de 50 bairros, compromete a efetividade dos atendimentos e dificulta o deslocamento das famílias. Outra demanda foi a criação de um polo do próprio CRAS Tutunas no Bairro Santa Maria, como estratégia de descentralização. Os moradores relataram necessidade de novos serviços, como cursos profissionalizantes, atividades socioeducativas e equipamentos de convivência, além da criação de um Centro Dia para pessoas idosas e com deficiência.

Na oficina do Alfredo Freire, o território revelou uma série de dificuldades relacionadas ao acesso e à qualidade da Atenção Primária à Saúde - APS³. Os participantes relataram que consultas pediátricas e de clínica geral demoram mais de vinte dias para serem agendadas, e que o acompanhamento de gestantes e idosos é insuficiente diante da demanda local. Essa percepção levou à expressão significativa de que “o bairro Alfredo Freire pede socorro”, refletindo o sentimento coletivo de fragilidade na cobertura e responsividade do município na oferta dos serviços. A presença de animais peçonhentos em CEMEIs e a ausência de ações regulares de capina e manutenção urbana foram apontadas como fatores que contribuem para os riscos à saúde das crianças.

Já na oficina realizada no CRAS Tutunas, foram relatadas diversas dificuldades, incluindo demora no atendimento das Unidades Básicas de Saúde, falta de médicos e distância excessiva das unidades de saúde de referência de alguns bairros, como São Benedito e Jardim Uberaba. Os participantes relataram ainda dificuldades para obter vagas no Hospital de Clínicas da UFTM. Problemas como demora na realização de exames complementares, falta de informações claras sobre serviços oferecidos pelas UBS e presença de animais soltos contribuíram para a percepção de fragilidade no sistema de saúde local. As discussões também trouxeram a necessidade de criação de um Centro de Fisioterapia na região central e de uma nova UBS mais próxima ao Jardim Uberaba.

No Alfredo Freire, participantes apontaram que, apesar da existência de dois CEMEIs no território, a demanda por vagas ainda é maior do que a capacidade de oferta, gerando frustração entre as famílias. Além disso, foi relatado que crianças do bairro são encaminhadas para escolas de outras regiões enquanto unidades locais recebem crianças de outros territórios, o que, segundo as famílias, dificulta e até mesmo impede o acesso e permanência. Outro desafio relevante é a inexistência de

³ <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/saiba-mais-sobre-a-aps>

oferta de período integral e a ausência de atividades no contraturno escolar, o que favorece a desproteção de crianças e adolescentes. Os moradores também mencionaram a interrupção dos cursos profissionalizantes desde 2012, avaliando que isso reduziu oportunidades para jovens e adultos.

Na oficina do CRAS Tutunas, foram apontados desafios como a ausência de professores de apoio para crianças com autismo, especialmente na Escola Frei Leopoldo, e a inexistência de atividades de contraturno escolar, o que deixa muitas crianças sem supervisão em praças, como a Praça das Almas. A falta de cursos de capacitação para adolescentes, jovens e idosos também foi citada como uma lacuna importante. Ainda que as escolas existentes desempenhem um papel fundamental para o desenvolvimento comunitário, a oficina revelou que a oferta atual não atende plenamente às necessidades da população, representando um ponto relevante de atenção nas políticas públicas do território.

No Alfredo Freire, moradoras(es) relataram uma sensação geral de abandono do bairro, destacando que praças estão deterioradas, com iluminação insuficiente e presença constante de pessoas envolvidas com a comercialização e uso de substâncias psicoativas. As ruas apresentam acúmulo de lixo, terrenos baldios e casas abandonadas, dificultando o deslocamento de moradores — especialmente pessoas com deficiência — e aumentando a percepção de insegurança. A falta de manutenção urbana também contribui para o crescimento de insetos e animais peçonhentos, além do aumento de casos de dengue. A comunidade apontou ainda a necessidade de maior presença da guarda municipal e melhorias estruturais na Associação de Moradores, que poderia desempenhar papel central na mobilização social.

No CRAS Tutunas, participantes relataram um conjunto expressivo de desafios relacionados à infraestrutura urbana, incluindo falta de capina e limpeza em praças e quadras, presença de pontos de consumo e comercialização de substâncias psicoativas, terrenos baldios, construções abandonadas e calçadas irregulares. Em diversas ruas do território, foram mencionadas falta de iluminação, ausência de poda de árvores, descarte irregular de resíduos e insuficiência dos mutirões do Cata Trecos, além da falta de informações sobre horários de coleta de lixo. A ausência de sinalização de trânsito em diferentes vias e as dificuldades decorrentes de alagamentos também foram apontadas como problemas recorrentes. A necessidade de transporte público mais acessível foi mencionada, especialmente por meio da sugestão de uma linha de ônibus que conecte o Bairro Alfredo Freire ao Jardim Uberaba.

Imagem 9



Imagem 10



Imagem 11



5. Território do Cras Boa Vista: “Entre o CRAS e a UBS”

O CRAS

O CRAS João Wagner Ribeiro- CRAS Boa Vista, localizado na Rua Trinidad, 125 - Boa Vista, foi fundado em Junho de 2005. A unidade recebeu o nome de João Wagner Ribeiro em homenagem a esse servidor público e líder comunitário negro, que atuou com destaque no Albergue Municipal de Uberaba e desenvolveu, junto a familiares e parceiros do bairro Jardim Triângulo iniciativas voltadas à juventude e à promoção da cidadania.

Atualmente o CRAS é referência para 44 bairros do município e sua equipe é composta por dois psicólogos, dois assistentes sociais, dois agentes sociais, um serviços gerais, uma instrutora de artes, uma entrevistadora e um coordenador. Este CRAS realiza os seguintes grupos: Grupo das mulheres da varrição social do território, Grupo vida e saúde, Grupo do banco de alimentos, Grupo de Bordado, Grupo de crianças em parceria com o Projeto Escola de Futebol do Fabrício.

A Oficina

A Oficina do Mapa Falado ocorreu no dia 27 de março de 2025 e teve início com o acolhimento das e dos participantes por meio de músicas, criando um ambiente favorável à escuta e à participação. Para iniciar o encontro, cada pessoa se apresentou, compartilhando seu nome, o pássaro escolhido para sobrevoar o local onde reside, favorecendo um clima de acolhimento e proximidade.

Nesta oficina, contou-se ainda com a participação de uma usuária como relatora, fortalecendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo. Ao todo, participaram 30 pessoas, entre usuárias e usuários vinculados aos grupos Banco de Alimentos e Vida e Saúde.

Imagem 12



Previamente à realização da oficina, a equipe técnica do CRAS promoveu um momento preparatório com as e os usuários, construído a partir da escuta sensível e do cuidado que caracterizam o trabalho desenvolvido no território. Nesse encontro, as e os participantes foram convidados a refletir sobre os aspectos positivos e os desafios do bairro, em um espaço marcado pelo diálogo, pela troca de experiências e pelo fortalecimento de vínculos.

O envolvimento atento e comprometido da equipe do CRAS foi fundamental para criar um ambiente de confiança, no qual as e os usuários se sentiram à vontade para compartilhar suas vivências, percepções e demandas sobre a região. A partir desse processo coletivo, emergiram narrativas potentes sobre o território, que contribuíram de forma significativa para a construção das análises e para a compreensão ampliada da realidade local.

Potencialidades

A primeira potencialidade destacada pelos participantes foi a técnica Valéria, psicóloga do CRAS, evidenciando o forte vínculo estabelecido entre a profissional e a comunidade. As falas expressaram reconhecimento e afeto, como: “*Nosso CRAS é diferenciado*” e “*Nosso CRAS é muito bom*”, reforçando a centralidade do equipamento para o território.

O CRAS Boa Vista também foi apontado como uma importante referência, especialmente pela abrangência de atendimento, que contempla 47 bairros urbanos e 2 bairros rurais, evidenciando sua relevância para além do bairro sede.

Na área da saúde, a Unidade Regional de Saúde Terezinha das Graças Girão de Carvalho foi reconhecida como uma potencialidade, com destaque para o bom atendimento e para o acesso às especialidades médicas e odontológicas mais utilizadas pela população. Uma das participantes resgatou a memória da construção do CRAS e da Unidade Regional de Saúde - URS, relatando que o espaço antes era um campo utilizado para circos e parques, e expressou satisfação ao testemunhar a implantação de dois equipamentos sociais considerados fundamentais para a comunidade.

No campo da educação, a Escola Municipal Boa Vista foi destacada como uma referência positiva no território, sendo reconhecida pelo acolhimento e pela postura humanizada de seus profissionais, aspectos que reforçam o acesso ao direito à educação com dignidade. Entre as iniciativas da sociedade civil e religiosas, foram destacadas: o Centro Espírita Francisco de Assis, que oferece cestas básicas e desenvolve atividades diárias com a população, incluindo atividades físicas; a Igreja Nossa Senhora das Graças, que atua em parceria com a UBS Ézio de Martino, cedendo espaço para grupos do Hiperdia e atividades de ginástica orientada; a Casa Guadalupe, que atende

crianças no período da manhã e adolescentes à tarde, oferecendo cursos, alimentação e atividades temáticas, sendo reconhecida como um importante serviço de fortalecimento de vínculos, com encaminhamentos realizados pelo CRAS.

Também foram reconhecidas como potencialidades a Praça da Mogiana, apontada como espaço de convivência, lazer, turismo local e incentivo à prática de caminhada, bem como o Projeto Escola de Futebol, apresentado pela equipe do Esporte Clube Fabrício, que oferece aulas gratuitas, uniforme, lanche e atividades esportivas vinculadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O território conta ainda com uma Horta Comunitária, que contribui de forma complementar para práticas de cuidado, convivência e educação ambiental, fortalecendo os vínculos comunitários. A presença do Córrego Lajeado (nascente do Rio Uberaba) também foi destacada pelas e pelos participantes pelo frescor que proporciona ao bairro.

Desafios

Entre os desafios apontados, destacou-se a insuficiência de vagas no CEMEI Luciano Portelinha Mota, o que impacta diretamente a vida das famílias, especialmente das mulheres que necessitam trabalhar, além de contribuir para situações de desproteção social. As dificuldades de acesso ao transporte escolar também foram mencionadas, assim como a necessidade de retorno da oferta de período integral.

Na área da saúde, os participantes relataram entraves relacionados à fila eletrônica, como a demora no agendamento e os encaminhamentos para unidades distantes do território, mesmo para especialidades já oferecidas localmente. Foram mencionadas longas esperas por consultas em psiquiatria e oftalmologia, bem como por exames complementares, como ecocardiograma, com relatos de espera de até três anos. Apesar do reconhecimento do bom atendimento da UBS Ézio de Martino, foi apontada a dificuldade de acesso a exames e a falta recorrente de materiais para atendimento odontológico na URS. Também foi mencionada a ausência do Programa Brasil Sorridente no município.

No que se refere aos espaços públicos, os participantes relataram que os aparelhos de ginástica das praças estão danificados e que a falta de capina e manutenção, com presença de mato alto, impede o uso adequado desses locais. Os córregos Lajeado e Alegria foram descritos como descuidados e poluídos, sendo sugeridas ações de revitalização ambiental e plantio de árvores. Também foi relatado o alto número de casos de dengue.

As pedreiras foram apontadas como um problema significativo, devido às explosões diárias sem horário definido, gerando barulho, poeira e impactos à saúde e ao bem-estar da população, especialmente nos bairros Maria Alice e Eldorado. Foi relatada a ausência de estudos de impacto adequados durante a implantação de empreendimentos próximos às áreas residenciais, bem como a necessidade de mobilização e ação coletiva para enfrentamento desses impactos.

Outras demandas referem-se à ausência de agência bancária e casa lotérica, à insuficiência de segurança pública pessoal e patrimonial, a necessidade de criação de um Centro Dia para pessoas idosas e pessoas com deficiência, considerando o envelhecimento da população do território. A sinalização de trânsito apareceu como um desafio em todo o território, com destaque para a Rua Antônio Rodrigues Cunha Castro, próxima ao nº 1044, onde além da sinalização há necessidade de poda de árvores. Os participantes reforçaram a importância da mobilização comunitária e do fortalecimento das associações de bairro.

Por fim, foi destacada a necessidade de ampliar ações de educação ambiental, incentivando a corresponsabilização da população pelos cuidados com o meio ambiente, além da sugestão de oferta de aulas de música instrumental no Campo do Fabrício.

Imagem 13



Imagem 14



Imagem 15



6. Território do Cras Décio Moreira: “Tem que ser família, escola e comunidade”

O CRAS

O CRAS Dr. Décio Moreira, localizado na Avenida Guilherme Capucci, nº 65, no bairro Jardim Elza Amuí I, foi inaugurado em 26 de setembro de 2006. A criação da unidade está diretamente vinculada a um episódio marcante da história recente do município: o acidente ferroviário ocorrido em 2003, reconhecido como um desastre ambiental de grandes proporções.

Como desdobramento desse evento, foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Estadual, a Prefeitura Municipal de Uberaba e a empresa responsável pelo acidente, resultando no repasse de uma indenização no valor de R\$ 13 milhões ao município. Esses recursos possibilitaram a implementação de diversas ações reparatórias, entre elas a construção de unidades da política de assistência social, como o CRAS.

A unidade recebe o nome de Dr. Décio Moreira, Promotor de Justiça que acompanhou de forma ativa todo o processo de construção do TAC, reafirmando o papel do Ministério Público na defesa dos direitos coletivos e na reparação dos danos socioambientais causados à população.

Atualmente o CRAS é referência para 26 bairros e sua equipe é composta por: dois agentes sociais, duas assistentes sociais, duas psicólogas, uma educadora social, duas recepcionistas, um profissional dos serviços gerais e uma gerente. Os grupos que ocorrem são: Grupo das Mulheres, Grupo União, Grupo Banco de Alimentos.

A Oficina

A Oficina do Mapa Falado foi realizada no dia 31 de março de 2025, com a participação da equipe do Departamento de Vigilância Socioassistencial (DVSA) e da equipe técnica do CRAS. A metodologia adotada utilizou a analogia dos pássaros que sobrevoam o território e conhecem seus caminhos, histórias e desafios. A partir dessa proposta, os participantes foram convidados a se identificar com um pássaro e a compartilhar suas percepções sobre o território onde vivem. Ao todo, participaram 21 pessoas, com destaque para as primeiras moradoras do bairro, as quais contribuíram de forma ativa para a construção coletiva do Mapa Falado.

Imagem 16



Como etapa preparatória da Oficina do Mapa Falado, a equipe técnica do CRAS realizou encontros introdutórios com os grupos, demonstrando sensibilidade e compromisso com o processo participativo. Esses momentos foram fundamentais para apresentar a proposta, mobilizar as e os usuários e criar um espaço de escuta qualificada sobre o território. A partir dessas conversas iniciais, foram compartilhadas percepções sobre potencialidades e desafios locais, que contribuíram para aprofundar os diálogos e fortalecer a participação durante a realização da Oficina do Mapa Falado.

Após a apresentação dos objetivos e da metodologia do Mapa Falado, os participantes compartilharam diversas questões da região.

A oficina teve início com o relato de uma das participantes, moradora antiga do Bairro Elza Amui I, que compartilhou memórias sobre o processo de ocupação e consolidação do território. Segundo ela, quando se mudou para o bairro, não havia acesso a serviços básicos como água, energia elétrica, asfalto ou saneamento, sendo as residências identificadas de forma precária. Relatou ainda que, na década de 1990, a comunidade enfrentou dificuldades de interlocução com o poder público, sendo informada à época sobre a ausência de previsão para implantação de equipamentos sociais no território.

A participante destacou a atuação ativa da população nos processos de mobilização comunitária, ressaltando que a primeira Unidade Básica de Saúde do bairro foi resultado de uma construção coletiva ocorrida durante o período em que esteve à frente da associação comunitária, serviço que permanece em funcionamento até os dias atuais. Também retomou a história da implantação da Unidade Matricial de Saúde Aloísio Prata, bem como a chegada de outros

equipamentos e serviços essenciais, como igrejas, escola, saneamento básico e energia elétrica, que contribuíram para a consolidação do Bairro Elza Amui I.

Potencialidades

Os participantes reconheceram como importantes potencialidades do território a presença de equipamentos públicos e comunitários, com destaque para o CRAS, as escolas, os CEMEIs e a Unidade Básica de Saúde, considerados fundamentais para a garantia de direitos da população.

A Unidade Matricial Aloísio Prata foi amplamente elogiada pelo horário estendido de funcionamento até às 22h⁴, pela qualidade do atendimento dos médicos pediatra e clínico geral e pelos encaminhamentos realizados.

Representantes da Associação de Bairro estiveram presentes e destacaram a oferta de doações de fraldas à comunidade, reforçando o papel das organizações locais no apoio às famílias.

Outro aspecto positivo foi o reconhecimento do protagonismo comunitário na construção histórica do território, marcado por muita luta coletiva e pela articulação entre moradores, igrejas e centros espíritas. Ao final, os participantes avaliaram de forma muito positiva a Oficina do Mapa Falado, ressaltando sua importância como espaço de escuta, valorização da memória local e construção coletiva de diagnósticos sobre o território.

Desafios

Foi realizada uma abordagem sobre a gravidade da dengue no município de Uberaba, que ganhou destaque a partir do relato emocionado de uma participante, cuja filha encontrava-se internada na Unidade de Terapia Intensiva em decorrência da doença. Os participantes apontaram o alto número de casos e a gravidade da dengue como um problema recorrente no território.

Apesar do reconhecimento da importância da Unidade Matricial Aloísio Prata, foram apontadas fragilidades, especialmente quanto à insuficiência do número de profissionais médicos frente ao crescimento populacional. Também houve críticas à fila eletrônica, tanto pela demora quanto pela forma de contato com os usuários, sendo sugerida a criação de um aplicativo específico para organização dos atendimentos. Outro ponto levantado foi a ausência de farmácia pública vinculada à unidade de saúde.

⁴ <https://relatorioaps.saude.gov.br/acoes-programas-descontinuados/adesao/saude-hora>

O transporte coletivo foi amplamente mencionado como um desafio, devido à demora na espera pelos ônibus e à inadequação dos horários fixos às necessidades da população. A expansão territorial de Uberaba, sem o devido acompanhamento da infraestrutura urbana, também foi apontada como fator que dificulta o deslocamento entre os bairros.

Um participante com deficiência visual relatou dificuldades significativas de locomoção, sobretudo nas proximidades do Terminal Leste, destacando obstáculos urbanos e a precariedade das calçadas. De forma geral, os participantes indicaram a necessidade de melhorias na mobilidade urbana e de maior acessibilidade, incluindo o desenvolvimento de aplicativos dos serviços públicos voltados às pessoas com deficiência, especialmente no transporte coletivo.

A CODAU e a CEMIG foram mencionadas de forma crítica, sendo apontadas como instituições que realizam intervenções sem a devida finalização, como podas de árvores sem recolhimento dos resíduos e abertura de vias sem posterior reparo adequado.

A falta de sinalização de trânsito também foi apontada como problema, com destaque para a Avenida Djalma Castro Alves, nas proximidades da Avenida Nossa Senhora do Desterro, onde há ausência de semáforo e faixa de pedestres, e para a Avenida Guilherme Cappucci, que necessita de ampliação da sinalização. Foi sugerido o desenvolvimento de ações educativas voltadas a motoristas e pedestres.

Uma das participantes relatou aguardar há anos por uma unidade habitacional da Cohagra, expressando o desejo de permanecer no território onde sempre residiu. Também foi destacada a dificuldade de acesso à moradia devido ao alto custo dos imóveis no bairro.

Os participantes relataram sensação de insegurança no território, especialmente no período noturno, afetando principalmente mulheres, estudantes e trabalhadores. Foi apontada a ausência de uma AISP no território e a limitação da circulação de viaturas policiais, que, segundo os relatos, ocorre predominantemente em horários de funcionamento do comércio.

Foram identificados pontos considerados críticos, como a Praça do Elza Amui II, associada ao uso de substâncias psicoativas e à exploração sexual. Como sugestões, destacaram-se a ampliação do sistema Olho Vivo e o fortalecimento da presença do poder público na região.

Embora Uberaba tenha sido reconhecida como uma cidade com boas oportunidades de emprego, os participantes relataram que o comércio do território é concentrado majoritariamente na Avenida Nossa Senhora do Desterro, obrigando os moradores a se deslocarem para outras regiões para atender necessidades básicas. Foi sugerido incentivo ao fortalecimento do comércio local existente.

Na área da educação, um adolescente relatou vivência de bullying na Escola Estadual Irmão Afonso, onde também foram mencionados problemas relacionados à indisciplina e à gestão escolar. A Escola Municipal Arthur Melo Teixeira foi citada em associação a situações de violência, ainda que não especificadas. Também foram relatadas situações discriminatórias relacionadas a gênero, raça/cor e etarismo nas escolas do território.

A partir dessas falas, foi promovida uma discussão sobre diversidade, e os participantes sugeriram mudanças na gestão da Escola Estadual Irmão Afonso, ressaltando que os professores são qualificados, mas que há fragilidades na condução da escola. Também foi indicada a necessidade de maior articulação entre escola, família e comunidade para o enfrentamento de conflitos e violências.

Os participantes apontaram ainda a ausência de escolas em período integral, transporte escolar, áreas de lazer e atividades voltadas ao lazer e convivência comunitária. Foram relatados roubos a residências, com maior incidência nos bairros Portal do Sol e Maria da Glória.

As praças do território foram descritas como sujas, com excesso de mato, pouca iluminação e uso inadequado dos espaços, o que gera sensação de insegurança. Também foi sugerida a criação de um ecoponto no território. Além disso, foi mencionada a necessidade de cuidados com terrenos no entorno do CRAS e a sugestão de construção de muros para maior proteção do equipamento.

Imagem 17



Imagem 18



Imagem 19



7. Território do Cras Girassóis IV: “Elas cuidam e resistem”

O CRAS

O CRAS Viviane Ribeiro Fontes foi inaugurado no dia 25 de setembro de 2024. Localizado na Rua Otaviano Francisco da Silva, 145. Parque dos Girassóis IV. Viviane Ribeiro Fontes, foi assistente social, vinculada a SEDS, atuava no Cras Tutunas e integrava o Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS. Era uma profissional dedicada, competente e de uma ética inigualável. Era querida pelos colegas de trabalho e pelos usuários. Ela foi uma das tantas vítimas da Covid 19, falecendo no dia 3 de abril de 2021.

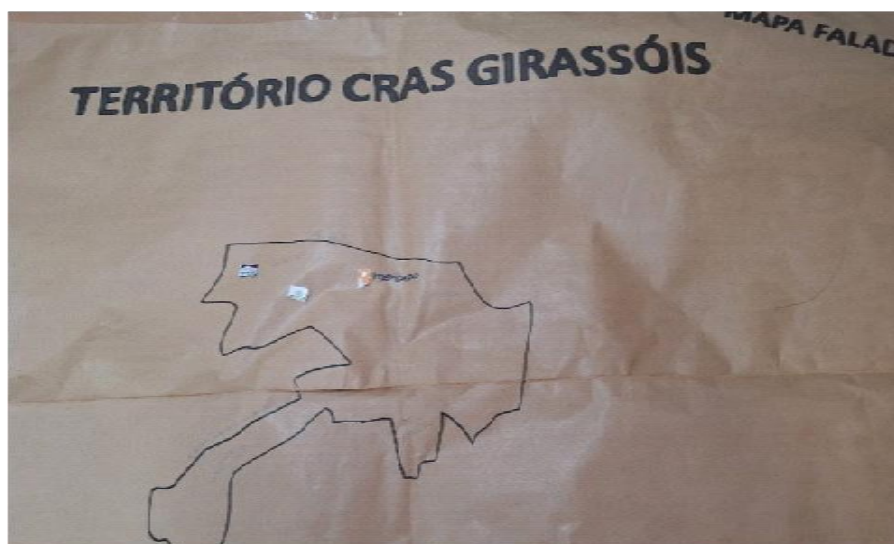
Atualmente, o CRAS é referência para 12 bairros, a equipe é composta por: um agente social, um auxiliar de serviços gerais, uma recepcionista, duas psicólogas, duas assistentes sociais. Este CRAS desenvolve os seguintes grupos: grupos de crianças “Pequenos Girassóis”, Grupo Banco de Alimentos- Raízes de Girassóis; Grupo Banco de Alimentos- Raio do Sol; Grupo de Mulheres Grupo ConViver.

A Oficina

A Oficina do Mapa Falado foi realizada no dia 03/04/2025. O encontro teve início com o acolhimento das e dos participantes criando um ambiente propício à escuta e ao diálogo. Em seguida, foram apresentados a metodologia e os objetivos da oficina, dando início a uma roda de conversa em que cada participante pôde se apresentar e compartilhar percepções sobre os desafios e as potencialidades do território.

A atividade contou com a participação de 16 pessoas, entre elas usuárias vinculadas ao grupo do Banco de Alimentos, além da presença de duas crianças que acompanhavam seus responsáveis.

Imagem 20



Potencialidades

Como potencialidades, os participantes apontaram a Unidade Básica de Saúde, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o mercado local, reconhecidos como equipamentos e serviços fundamentais para o cotidiano da população. Destacou-se, contudo, que a identificação de potencialidades foi limitada, evidenciando a percepção de muitas ausências no território.

É importante salientar que participaram da oficina moradores dos bairros Girassóis III e IV, cujas falas refletem a vivência cotidiana desses territórios.

Desafios

Na área da saúde, os participantes relataram a ausência de medicamentos para asma e informaram que o território não conta com farmácia privada, sendo a mais próxima localizada no bairro Copacabana. Também foi mencionado o alto número de casos de dengue.

Em relação aos atendimentos de urgência, foi relatada a demora do SAMU quando acionado, com o registro de situações consideradas graves. Na UBS do território, foi apontada a ausência de Agente Comunitário de Saúde (ACS). Embora haja atendimento odontológico, os participantes relataram que o equipamento utilizado apresenta problemas recorrentes, o que inviabiliza a realização de procedimentos. Também foi mencionada a demora no atendimento em pediatria e ginecologia, com filas de espera que variam de um a dois meses.

Ainda no campo da saúde pública, participantes relataram dificuldades relacionadas ao acompanhamento de crianças e adolescentes com TDAH, bem como o acesso ao CAPS, em razão da distância e da inexistência de transporte, o que tem levado à evasão de tratamentos.

Sobre o transporte coletivo, os participantes informaram a insuficiência de ônibus, especialmente nos horários de pico, e ressaltaram que os horários disponíveis não atendem às necessidades da população. Aos finais de semana, a situação se agrava. Os pontos de ônibus sem cobertura também foram mencionados, expondo os usuários ao sol e à chuva. Foi sugerida a ampliação da quantidade de ônibus que atendem o bairro Girassóis IV, considerando que os veículos já chegam lotados de outros bairros.

Os moradores relataram ainda que atravessam áreas de mata para acessar serviços essenciais, como mercados maiores, farmácias e escolas, apontando a necessidade de implantação de uma avenida de interligação com bairros vizinhos.

No campo ambiental, o território foi descrito como com acúmulo de lixo, associado tanto à falta de conscientização da população quanto ao descarte irregular realizado por pessoas de outras regiões. A varrição foi considerada insuficiente, contando atualmente com apenas um trabalhador para atender os bairros Girassóis III e IV.

Os participantes relataram que o território não é contemplado pelo serviço de cata-treco nem dispõe de Ecoponto, sugerindo a realização de mutirão para recolhimento de resíduos. Também foi apontada a presença de entulhos e descarte irregular de pneus em terrenos próximos às estradas de terra. Durante a oficina, foi dialogado sobre a importância da arborização, sendo sugerido um mutirão para plantio de árvores no território.

Na área da educação, os participantes relataram que aguardam, há cerca de três anos, a entrega do CEMEI, sem previsão de inauguração, destacando a importância desse equipamento diante do grande número de crianças e da necessidade das famílias. Não há outras escolas no território.

O transporte escolar foi considerado precário, com atrasos frequentes e deslocamentos inseguros, inclusive com travessia por áreas de mata. As crianças e adolescentes do território são encaminhados para escolas de outros bairros, como Alfredo Freire e Volta Grande.

Em relação à segurança pública, as participantes relataram conflitos frequentes entre vizinhos, furtos e roubos, além de prejuízos ao patrimônio público e privado. Como sugestão, mencionaram a implantação de uma base da Área Integrada de Segurança Pública - AISP no bairro. Observa-se, entretanto, que a questão da segurança no território vai além da presença policial e envolve desproteções sociais mais amplas, especialmente em áreas periféricas. A sensação de insegurança, a ocorrência de crimes e os impactos sobre crianças, adolescentes e famílias indicam a necessidade de

estratégias integradas de proteção, articulando políticas de segurança e políticas sociais de forma contínua.

No tocante à urbanização, foi apontada a necessidade de melhorias na sinalização de trânsito, incluindo lombadas, sinalização de “PARE” e adequações nos cruzamentos das principais vias dos bairros Girassóis III e IV.

Sobre o lazer, os participantes relataram a ausência de atividades recreativas e culturais no território, bem como a inexistência de ações voltadas para pessoas idosas e de atividades no contraturno escolar para crianças e adolescentes. Como sugestão, foi apontada a criação de aulas de ginástica na praça e a implantação de uma horta comunitária.

Foi mencionado que o bairro Girassóis IV apresenta predominância de mulheres chefes de família, além de pessoas com deficiência, como TDAH, autismo e asma. Devido à localização dos bairros, as participantes relataram dificuldades de acesso às especialidades de saúde, o que compromete a continuidade dos cuidados e acompanhamentos. Essas barreiras estruturais configuram uma violação do direito à saúde, evidenciando a necessidade de ampliação da oferta de serviços de forma equitativa e territorializada, garantindo acesso digno e contínuo para toda a população.

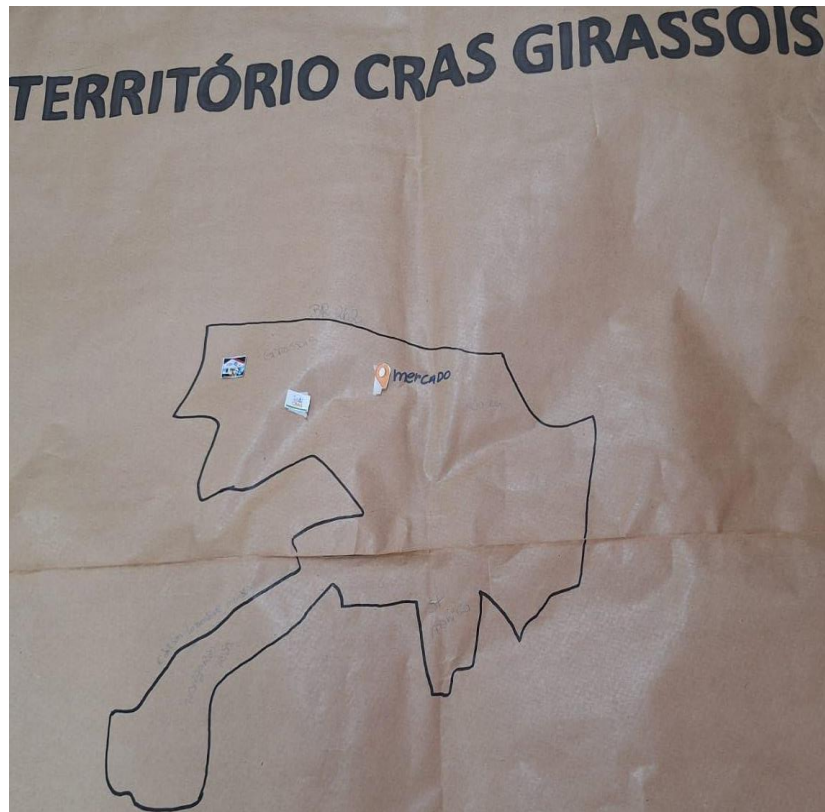
Imagem 21



Imagem 22



Imagem 23



8. Território do Cras Residencial 2000: “Adolescer e esperar”

O CRAS

O CRAS Ione Aparecida da Silva – CRAS 2000, foi fundado em 01/09/2008 e recebeu esse nome em homenagem a Ione Aparecida da Silva, servidora pública municipal que atuou com dedicação no Centro Social Luciano Portelinha Mota, local onde o CRAS funcionou inicialmente. A homenagem foi proposta por suas colegas de trabalho, reconhecendo sua contribuição e compromisso com a política de assistência social. Atualmente o CRAS é referência para 18 bairros. A equipe de profissionais é composta por: 2 psicólogas, 3 assistentes sociais, 3 agentes sociais, 1 recepcionista e 4 serviços gerais.

A Oficina

As Oficinas do Mapa Falado ocorreram nos dias 09/04/2025 e 28/04/2025. Para o mapeamento do território de abrangência do CRAS Residencial 2000, foram realizadas duas oficinas: a primeira, no dia 09/04/2025, com o grupo do Banco de Alimentos; e a segunda, no dia 28/04/2025, com o grupo de adolescentes. Previamente à realização das oficinas, a equipe técnica do CRAS promoveu encontros preparatórios com ambos os grupos, com destaque para o grupo de adolescentes. Nesse processo, as adolescentes utilizaram as câmeras de seus celulares para registrar pontos do território que consideravam significativos, e essas imagens foram utilizadas como dispositivos disparadores para fomentar a reflexão e o diálogo sobre o território durante a Oficina do Mapa Falado.

Atualmente, o CRAS atende 16 bairros, inclusive bairros da área rural. Na primeira oficina participaram 18 pessoas, sendo 17 residentes do Bairro Residencial 2000 e 1 do Bairro Antônio Barbosa. Na segunda oficina participaram 11 adolescentes, sendo 9 do Residencial 2000 e 2 do Bairro de Lourdes. Observa-se que a participação nas oficinas concentrou-se majoritariamente em moradores dos bairros mais próximos ao CRAS, com destaque para o Residencial 2000, havendo menor representação dos demais territórios de abrangência. Esse cenário evidencia um desafio relacionado ao alcance territorial e à equidade da participação social.

Potencialidades

O CRAS 2000 foi reconhecido como uma importante potencialidade, tanto pelos atendimentos individuais quanto pelos trabalhos em grupo, reuniões e cursos já ofertados. Os participantes demonstraram expectativa positiva em relação à reforma da unidade, embora apontem a necessidade de melhoria do espaço físico.

O Núcleo de Socialização foi destacado como uma estratégia importante para promover a proteção de crianças e adolescentes. No entanto, a limitação de vagas evidencia a insuficiência de recursos e aponta para a necessidade de ampliação de políticas e serviços que garantam a proteção integral e o direito à infância e à convivência segura. Outra questão sinalizada por uma participante ressaltou o impacto positivo de cursos realizados no CRAS em sua trajetória de vida, sugerindo a ampliação dessas ofertas.

Foi apontada a necessidade de maior divulgação dos serviços do CRAS, uma vez que parte da população desconhece o equipamento. A UBS do território foi elogiada, especialmente pelo horário estendido de atendimento que vai até as 20h, sendo reconhecida como um serviço importante para a população.

O território conta com dois CEMEIs que são insuficientes para atender toda a demanda. Algumas unidades escolares foram citadas positivamente, como a Escola Estadual Professora Neide Oliveira Gomes, pela boa estrutura, e a Escola Municipal Gastão Mesquita Filho, no bairro Ponte Alta.

O Céu das Artes foi mencionado como um equipamento potente, frequentado por crianças e adolescentes, com oferta de atividades físicas, culturais e cursos.

A quadra do Residencial 2000 foi considerada bem estruturada e amplamente utilizada para eventos comunitários.

Foi citado o Projeto Social Pró-R, desenvolvido por uma ONG, que oferece cursos de design de sobancelhas, manicure e violão, atendendo crianças e adultos.

Os moradores antigos reconheceram a valorização do bairro Residencial 2000 ao longo dos anos, destacando avanços em relação ao passado, quando não havia equipamentos sociais, e expressando expectativa por um futuro melhor.

Desafios

No que diz respeito à infraestrutura e serviços essenciais, as e os participantes apontaram a ausência de casa lotérica e de reservatório de água no território. Falta de Associação de Bairro no Residencial 2000. Constantes faltas de água, quedas de energia, internet instável e pontos de

alagamento em vias importantes. Ausência ou precariedade de sinalização urbana e cuidados com áreas de preservação ambiental. Excesso de mato e lixo em terrenos baldios e áreas públicas, inclusive próximos à rodovia. Aparição de animais silvestres e peçonhentos, como porco-espinho e cobras. Falta de conscientização ambiental da população e descarte irregular de resíduos por pessoas de outras localidades. Dificuldade de acesso ao Ecoponto, por falta de transporte, apesar de sua existência. Sugestão de mutirão de cata-treco e ações coletivas de limpeza e arborização. Cachoeiras existentes no território são pouco utilizadas devido à sujeira, mato alto e insegurança.

Alto índice de roubos e depredação de bens públicos e privados, inclusive em escolas. Sensação generalizada de insegurança no território. Em relação ao transporte público, foi relatado a longa espera, poucos ônibus, superlotação nos horários de pico e redução significativa da oferta aos finais de semana. Percepção de que o território funciona apenas como local de moradia, sem condições adequadas de permanência e lazer.

Em relação à educação, as moradoras falaram sobre a insuficiência de vagas nos CEMEIs existentes, sobre a promessa não concretizada de construção de uma Escola Estadual, apesar da doação do terreno. No Residencial 2000, o Ensino Médio é ofertado apenas no período noturno, o que foi considerado fator de risco para adolescentes. Problemas recorrentes de infraestrutura escolar, alimentação inadequada, salas superlotadas, limpeza deficiente e conflitos durante reuniões com pais. Falta de atividades extracurriculares, como cursos de línguas e ações de contraturno.

Sobre a saúde, foi mencionada a ausência de pediatra, dentista e demora significativa na fila eletrônica, especialmente para neurologia e neuropediatria. Apenas uma farmácia privada no território, que não funciona aos finais de semana. UBS com necessidade de melhorias e inconsistências no cumprimento do horário estendido divulgado. Pontos do território com presença de uso e comercialização de substâncias psicoativas próximos a praças e áreas públicas.

Ausência de espaços estruturados para esporte e lazer. Falta de atividades voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas. Lazer restrito a conversas entre vizinhos, conflitos ou deslocamento para outros territórios, como Peirópolis. Sugestões de criação de espaços de lazer próximos ao Céu das Artes, instalação de brinquedos, oferta de internet gratuita e implantação de atividades esportivas.

Imagem 26



9. Território do Cras Morumbi: “O voo do Beija-Flor”

O CRAS

O CRAS Maria Helena Silva Reis/CRAS Morumbi foi fundado em 01 de junho de 2005, localizado desde sua inauguração na Rua Zaida Facure Dib, 280 – Morumbi. Foi a partir do ano de 2024 que recebeu o nome em homenagem à Maria Helena Silva, uma usuária muito querida, carinhosamente conhecida por Leninha. Moradora do bairro Pacaembu, Leninha participou ativamente dos grupos de convivência “Os Vaidosos” e “A grande família” por cerca de 10 anos, além de frequentar oficinas de pintura e bordado. Com seu jeito alegre e espontâneo, tornou-se presença constante no CRAS, espaço que ela reconhecia como uma segunda família. Mesmo diante de dificuldades de saúde, manteve o vínculo com o serviço e com os amigos que ali construiu. A homenagem reflete o reconhecimento do impacto que o CRAS teve em sua trajetória, bem como a importância dos espaços de convivência e fortalecimento de vínculos para as pessoas idosas do território.

Atualmente o CRAS é referência para 41 bairros, e a equipe é composta por duas psicólogas, uma assistente social, um agente administrativo, dois instrutores de artes, dois trabalhadores braçais, uma auxiliar de serviços gerais e uma gerente. Este CRAS tem dois grupos, o Grupo de Banco de Alimentos e o Grupo de Vaidosos.

A Oficina

A Oficina do Mapa Falado ocorreu no dia 11/04/2025 e foi conduzida pela equipe técnica responsável, com o apoio da equipe do CRAS, que realizou o acolhimento dos(as) participantes e a organização do espaço. A atividade contou ainda com a participação de uma assistente social do Centro de Referência da Mulher (CRM). Ao todo, participaram 21 pessoas.

A oficina teve início com a apresentação da gerente da unidade, que realizou as boas-vindas aos(as) participantes. Em seguida, a equipe técnica apresentou os objetivos e a metodologia da Oficina Mapa Falado. Na sequência, a assistente social do CRM apresentou o serviço ofertado e suas principais atribuições. Estiveram presentes moradores(as) dos bairros Pacaembu I e II, Jardim Copacabana, Morumbi, Pontal e Marajá I.

Durante a atividade, emergiram relatos que evidenciam o forte vínculo das participantes com o território. Destaca-se a fala de uma participante residente no bairro Morumbi há aproximadamente

50 anos, que contribuiu com reflexões baseadas em sua vivência histórica, resgatando memórias e transformações ocorridas no território ao longo do tempo.

Potencialidades

No campo da Assistência Social, o CRAS foi apontado como a principal potencialidade do território, sendo reconhecido como espaço de referência para a população. Os participantes apontaram ainda que as atividades de esporte e lazer disponíveis estão concentradas no bairro Beija Flor II, ofertadas pelo Centro de Iniciação ao Esporte (CIE).

A avenida Ramid Mauad foi apontada como um ponto positivo pelo amplo comércio.

Desafios

Na área da saúde, foram apontadas diversas dificuldades relacionadas ao atendimento na Unidade Básica de Saúde do Morumbi, incluindo a falta de profissionais, como médico pediatra, psicólogo e outros trabalhadores da saúde, além da ausência de itens básicos para os usuários, como copos para consumo de água. Os participantes relataram também dificuldades de acesso aos serviços de saúde mental, especialmente ao CAPS, em razão da distância, o que compromete a continuidade dos tratamentos. Foram citadas situações em que os responsáveis não conseguem comparecer aos atendimentos por não terem com quem deixar outros filhos. Além disso, houve relatos de não comparecimento do SAMU quando acionado e de dificuldades de acesso aos serviços de saúde em áreas do território situadas na zona rural.

No âmbito da educação, foi relatada a insuficiência de vagas escolares após a transformação da Escola Municipal Professor José Geraldo Guimarães em uma escola Cívico-Militar. Apesar de o território contar com vários CEMEIs, os participantes informaram que a quantidade de vagas não é suficiente para atender a demanda existente, o que obriga muitas famílias a buscarem atendimento em outros territórios, enfrentando dificuldades relacionadas à distância e ao transporte. Também foi destacada a ausência de oferta de Ensino Médio no território, fator que contribui para a evasão escolar.

No que diz respeito ao meio ambiente, foi apontada a necessidade de ampliar a limpeza das ruas e dos terrenos do território, bem como a manutenção periódica da poda de árvores, visando à melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida da população.

Em relação ao transporte coletivo, os participantes destacaram a insuficiência de linhas e de veículos para atender adequadamente o território, especialmente a população idosa. Também foi mencionada a redução da oferta de transporte aos finais de semana, o que dificulta o deslocamento dos moradores.

No que se refere à organização comunitária, foi relatado que o território já contou com associação de bairro, mas que atualmente não possui esse espaço de representação, sendo ressaltada a importância do fortalecimento das ações coletivas. Entre outros apontamentos, foram mencionadas promessas de campanha política ainda não executadas, como o conserto da piscina da Escola Municipal José Geraldo Guimarães. Como demandas, foram apresentadas a criação de cursos voltados à população idosa, com foco na prevenção de golpes, e a sugestão de implantação de uma Unidade de Atenção ao Idoso - UAI no território, considerando as dificuldades de acesso à UAI que fica localizada no Parque do Mirante. Também foi destacada a atuação de entidades religiosas que desenvolvem atividades no território.

Destacou-se também a participação do Centro de Referência da Mulher (CRM), que abordou a temática da violência contra a mulher, apresentando dados territorializados do monitoramento realizado em parceria com a equipe técnica pela Vigilância Socioassistencial⁵. Segundo essas informações, o território do CRAS Morumbi ocupa o 5º lugar no município de Uberaba em registros de mulheres vítimas de violência atendidas pelo CRM, o que evidencia a relevância de ações preventivas e de enfrentamento à violência no território. A fala da profissional impulsionou as mulheres presentes a trazerem relatos de violência contra mulher dentro do território.

Referente à quadra localizada ao lado do CRAS os participantes relataram que o espaço necessita de melhorias, como limpeza, manutenção das telas do entorno e controle do mato. Também foram relatadas situações relacionadas à presença frequente de pessoas em situação de rua e ao uso de substâncias psicoativas no local, ressaltando a importância de ações de acolhimento a essa população, articuladas à revitalização do espaço.

Em relação à geração de renda, os participantes relataram a ausência de oferta de cursos de capacitação profissional, como bordado, manicure e crochê, indicando a necessidade de ampliação das oportunidades de qualificação e de acesso ao trabalho no território.

⁵ O Relatório Anual CRM -2024 está disponível em:
https://portal.uberaba.mg.gov.br/secretaria_paginas/303/1

Imagem 27



Imagem 28



Imagem 29



Imagem 30



10. Território do Cras Vila Paulista: “Um olhar para o Rio de Janeiro”

O CRAS

O CRAS Maria Aparecida da Silva- CRAS Vila Paulista, localizado atualmente na Rua Rodolfo Machado Borges, nº 299, Bairro de São Benedito, foi fundado em 01/07/2008. Maria Aparecida da Silva foi uma usuária assídua do CRAS, mãe de uma importante líder comunitária do território cuja atuação contribuiu significativamente para melhorias na região. A homenagem representa o reconhecimento do vínculo da família com a comunidade e da relevância do trabalho desenvolvido em prol do território.

Atualmente o CRAS é referência para 12 bairros no município. A equipe é composta por: dois assistentes sociais, dois agentes sociais, uma psicóloga, dois auxiliares administrativos, dois serviços gerais e um gerente. Neste CRAS é realizado Grupo de Idosos e Grupo de Banco de Alimentos.

A Oficina

A Oficina do Mapa Falado ocorreu no dia 25/04/2025. A atividade foi conduzida pela equipe técnica do Departamento de Vigilância Socioassistencial, em conjunto com a equipe técnica do CRAS Vila Paulista, responsável pelo acolhimento das participantes e pela organização do espaço.

Utilizou-se a dinâmica dos pássaros que sobrevoam o território, sendo proposto que cada participante se identificasse com o nome de um pássaro e compartilhasse suas percepções sobre o território em que residem.

A oficina foi realizada na Unidade Básica de Saúde Dr. João Francisco de Naves Junqueira, junto ao grupo acompanhado pelo CRAS no território do Bairro Rio de Janeiro. Ao todo, participaram 27 pessoas, todas do sexo feminino.

Imagem 31

Em relação à área da Educação, apontaram a ausência de Escola Estadual no território e inexistência de Ensino Médio regular noturno, sendo ofertado apenas o EJA; necessidade de implantação do EJA para o Ensino Fundamental. Falta de transparência nos critérios de distribuição de vagas no CEMEI Dirce Miziara, incluindo questionamentos sobre prioridade para filhos de funcionários. Déficit de professores de apoio e de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Relatos de fragilidades no acolhimento escolar, com situações de responsabilização das famílias pelas dificuldades vivenciadas pelas crianças e adolescentes. Insegurança para crianças e adolescentes no território, associada à ausência de atividades no contraturno escolar. Presença de animais peçonhentos no entorno do CEMEI, devido à falta de limpeza dos terrenos vizinhos.

No tocante à Segurança Pública, foi abordada a questão da ausência de policiamento ostensivo e sensação generalizada de insegurança. Relatos frequentes de roubos e assaltos nas ruas, inclusive com violência, afetando principalmente mulheres. Percepção de estigmatização do bairro, que dificulta o acesso a serviços como transporte por aplicativo e entregas. Roubos em equipamentos públicos. Falta de resposta policial a situações denunciadas pela comunidade.

Sobre esporte e lazer, abordaram a ausência de espaços adequados para atividades físicas, esportivas e de lazer. O Circo do Povo localizado no território não oferta atividades, mesmo com a demanda da população. Uma praça ainda em construção, está sendo utilizada para uso de substâncias psicoativas, o que afasta famílias e crianças. O território apresenta déficit de espaços e programas voltados para crianças e adolescentes, o que resulta em grande parte do público infantojuvenil sem atividades estruturadas no contraturno escolar. Depredação rápida do parque infantil recém-inaugurado e falta de equipamentos públicos estruturados para lazer comunitário.

No âmbito da Política de Assistência Social, foi indicada a ausência de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no território do Bairro Rio de Janeiro, o que dificulta o acesso direto da população aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Tal lacuna compromete a efetivação da proteção social básica e a territorialização das ações do SUAS.

O território também apresenta carência de programas, serviços e atividades voltadas ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, especialmente aquelas relacionadas ao lazer, à convivência comunitária e ao aprendizado. Essa ausência amplia as situações de desproteção social, uma vez que crianças e adolescentes permanecem por longos períodos em espaços públicos sem supervisão adequada, aumentando a exposição a riscos sociais.

Em relação à renda e trabalho, há uma demanda significativa por qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho formal para mulheres do território, muitas das quais enfrentam sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado familiar⁶.

Sobre a questão do meio ambiente, o descarte inadequado de resíduos evidencia a necessidade de maior atuação do poder público na coleta, manutenção de espaços urbanos e conscientização ambiental. Apontaram a existência de muitos terrenos baldios sem manutenção adequada pelo poder público. Relataram que apesar da existência de associação de moradores, há baixa participação comunitária.

Já sobre urbanização e mobilidade destacaram a falta de manutenção dos equipamentos públicos. Transporte coletivo superlotado em todos os horários e insuficiente aos finais de semana. Ausência de pontos de ônibus com coberturas e bancos.

Imagem 32



Imagem 33



⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/30/como-valorizar-o-trabalho-invisivel-de-cuidadores>

11. Da escuta à sistematização: leituras do Mapa Falado

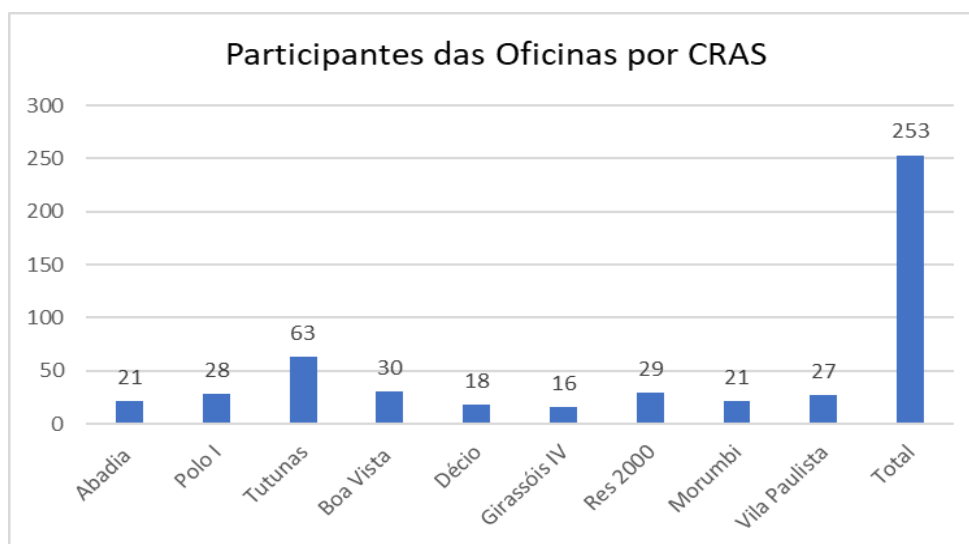
Este item tem como objetivo apresentar a sistematização das informações produzidas ao longo das Oficinas do Mapa Falado, compreendendo a escuta coletiva como ponto de partida para a análise dos territórios. Inicialmente, é apresentado o perfil das e dos participantes, como forma de contextualizar quem são os sujeitos que compuseram esse processo participativo.

Na sequência, são desenvolvidas leituras analíticas a partir das falas, registros e produções realizadas durante as oficinas, organizadas em sínteses territoriais. Os desafios apontados foram territorializados e agrupados conforme as políticas públicas às quais se vinculam, permitindo identificar recorrências e especificidades entre os territórios. Destacam-se, nesse conjunto, os campos da Assistência Social, Saúde, Urbanização, Segurança Pública e Educação, que emergem de forma mais expressiva nas narrativas compartilhadas, oferecendo subsídios para a reflexão crítica e o aprimoramento das ações no âmbito da Proteção Social Básica.

Perfil das(os) participantes das oficinas

O Gráfico a seguir, apresenta a quantidade de pessoas que participaram dos onze (11)⁷ encontros realizados nos nove (9) CRAS do município.

Gráfico 1



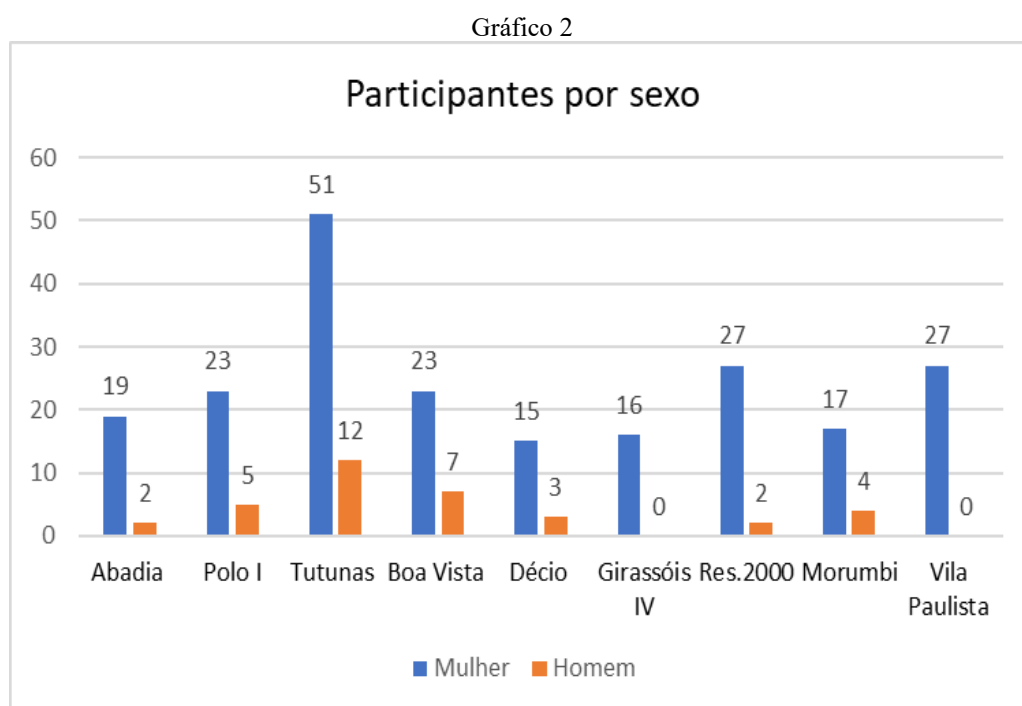
Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

⁷ No CRAS Tutunas e no CRAS Residencial 2000 foram realizadas duas oficinas em cada unidade. No CRAS Tutunas, as oficinas ocorreram em bairros distintos, o que possibilitou alcançar moradores que, possivelmente, não conseguiriam participar caso as atividades tivessem sido realizadas apenas na sede do CRAS, ampliando o acesso e a participação da população do território. Já no CRAS Residencial 2000, as oficinas possibilitaram o trabalho específico com adolescentes, faixa etária que não foi contemplada nos demais territórios, garantindo maior diversidade de públicos atendidos.

O CRAS Tutunas foi a unidade que registrou a maior participação popular, com um total de 63 (sessenta e três) participantes, resultado da realização de duas oficinas em datas e locais distintos. Destaca-se, nesse contexto, a oficina realizada no bairro Alfredo Freire, no espaço da Associação de Moradores, que evidenciou expressivo engajamento e mobilização comunitária. A escolha de um equipamento comunitário de referência, aliada à articulação com lideranças locais, mostrou-se um fator relevante para o fortalecimento da participação social, contribuindo de forma significativa para a ampliação da adesão da população às atividades propostas.

Na sequência, destacam-se o CRAS Boa Vista, com a participação de 30 (trinta) pessoas, e o CRAS Residencial 2000, com 29 (vinte e nove) participantes. No caso do CRAS Residencial 2000, o quantitativo registrado também decorre da realização de duas oficinas em momentos distintos, o que possibilitou ampliar o alcance da atividade junto à população do território.

Observou-se uma predominância significativa da participação feminina nas oficinas, com um total de 218 (duzentas e dezoito) mulheres, o que corresponde a aproximadamente 86% das participantes. Já a participação masculina representou 14% do total de participantes. Esses dados podem ser visualizados no gráfico a seguir:



Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

Conforme os dados, os territórios dos CRAS Girassóis IV e do Vila Paulista, especificamente os bairros Girassóis IV e Rio de Janeiro, se destacaram pela quantidade de mulheres chefes de família, responsáveis pelos cuidados com seus membros e sem acesso às condições formais de trabalho. Essas

mulheres se organizam coletivamente para se fortalecerem diante das dificuldades e possuem o CRAS como equipamento fundamental para atendimento de suas demandas.

A Secretaria Nacional de Assistência Social, por meio da Vigilância Socioassistencial publicou um boletim intitulado “Mulheres no SUAS”. Este boletim apresenta discussões sobre a presença da mulher na PNAS e dentre os temas abordou a desigualdade de gênero e as pesquisas referentes aos trabalhos realizados no âmbito do SUAS com mulheres. Em sua segunda edição publicada em 2019, sinaliza

o papel importantíssimo do Estado na reprodução de tais desigualdades, dado seu poder de implementar políticas de caráter sexista e ainda, de sua atuação coercitiva na imposição de normas sociais. Nossa sociedade patriarcal é dominada por homens, que exercem poder político, econômico e social em todos os campos. Dentro do arranjo da divisão sexual do trabalho, os homens apropriam “funções com maior valor social adicionado (políticas, religiosas, militares etc. Assim, às mulheres são reservados os nichos de menor poder, como as políticas sociais, em que elas estão presentes em maior proporção (Brasil, 2019, p. 3).

A inserção das mulheres nos serviços da assistência social ainda ocorre de forma condicionada ao êxito do cuidado familiar, e não ao reconhecimento de suas próprias demandas, desejos e projetos de vida. Essa perspectiva reforça desigualdades de gênero ao naturalizar o trabalho reprodutivo feminino, invisibilizando o impacto dessa sobrecarga na autonomia econômica, emocional e social das mulheres.

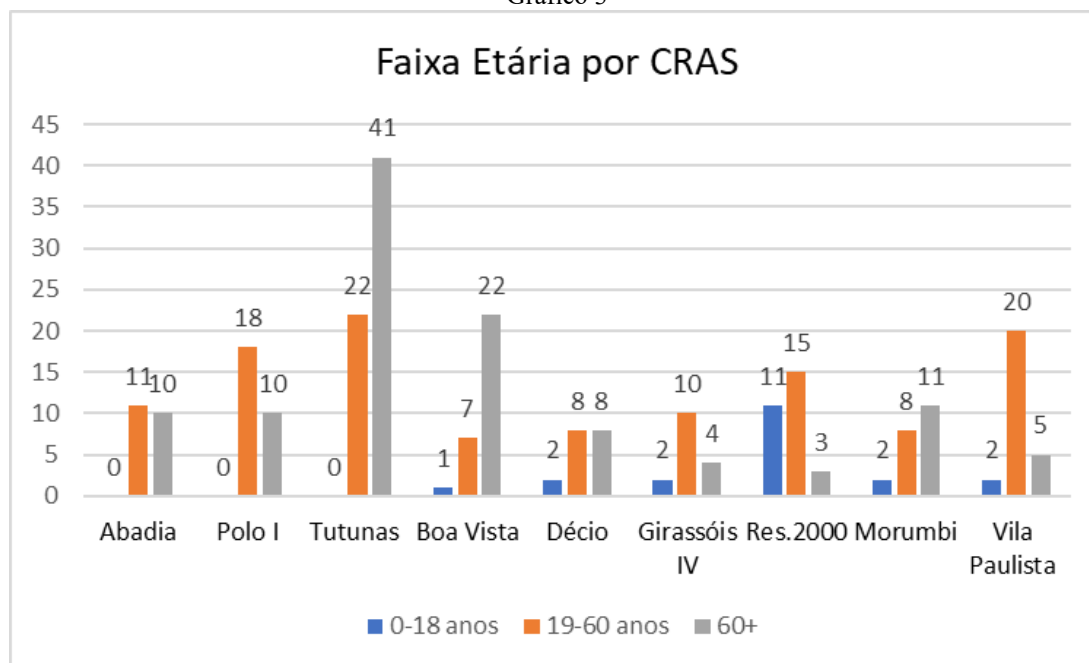
Nesse contexto, o CRAS assume um papel estratégico na luta pelos direitos das mulheres por ser o equipamento da proteção social básica mais próximo do território e da vida cotidiana. É no CRAS que as contradições dessa política se materializam, mas também é ali que se abrem possibilidades concretas de ressignificação das práticas profissionais. Ao atuar com mulheres, o CRAS pode deslocar o foco da mulher enquanto “cuidadora da família” para a mulher enquanto sujeita de direitos, reconhecendo suas trajetórias marcadas por desigualdades de gênero, raça e classe.

Ainda que a política de assistência social carregue marcas históricas de reprodução das desigualdades de gênero, o CRAS se constitui como um espaço privilegiado para a luta pelos direitos das mulheres, na medida em que possibilita transformar a assistência de um instrumento de controle social em um instrumento de emancipação e garantia de direitos.

Outro indicador trabalhado foi a faixa etária⁸. Houve o predomínio de participação de pessoas adultas, 119 (cento e dezenove), representando aproximadamente 47% do total de participantes, seguidos de pessoas idosas que somaram 114 (cento e quatorze), representando aproximadamente 45% do total de participantes.

⁸ O indicador de faixa etária foi dividido em 0 a 18 anos, 19 a 60 anos e 61 anos ou mais.

Gráfico 3



Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

A partir desse levantamento, foi realizada a categorização das e dos participantes por faixa etária, organizada por unidade do CRAS. Observou-se que, no CRAS Vila Paulista, predominou a participação de pessoas adultas, enquanto no CRAS Tutunas destacou-se a maior presença de pessoas idosas entre as participantes das oficinas.

Ao refletir sobre a participação social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), torna-se necessário considerar a faixa etária das pessoas que acessam e utilizam seus serviços. Conforme instituído pela PNAS, os serviços do SUAS destinam-se prioritariamente às crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e adultos que, em razão de vulnerabilidades e riscos sociais. Nesse contexto, destaca-se a importância de compreender a velhice como uma dimensão central da política de assistência social, considerando que as pessoas idosas constituem parcela significativa dos usuários do SUAS. Tal realidade evidencia a necessidade de fortalecer ações, serviços e estratégias que assegurem a proteção social, a participação e a garantia de direitos dessa população no âmbito da política socioassistencial.

Sobre isso, Piegues e Musial (2022, p.187), trazem as seguintes contribuições

Cada indivíduo que chega na velhice trará consigo marcas das relações sociais que as condições de vida lhe proporcionaram durante o percurso de vida. Tais marcas são registros do ofício que exerceu e do acesso aos direitos trabalhistas que teve durante toda a vida (um trabalhador na informalidade terá uma condição diferente de acesso aos direitos na sua velhice, ao ser comparado com um trabalhador com registro em carteira; um trabalhador rural terá um modo de envelhecer diferente do de um trabalhador de indústria), como pauta constante na agenda pública para a garantia da proteção social, algo que na realidade apresenta um distanciamento da esfera estatal. Com isso, podemos observar que o

olhar direcionado às velhices não pode assumir o caráter reducionista e a leitura sob o prisma cronológico e demográfico, reforçando práticas que destoam da realidade e não consideram os fatores sociais e as condições de vida do percurso, do curso e da trajetória de vida, até a fase da velhice, caracterizada como heterogênea e plena de complexidade

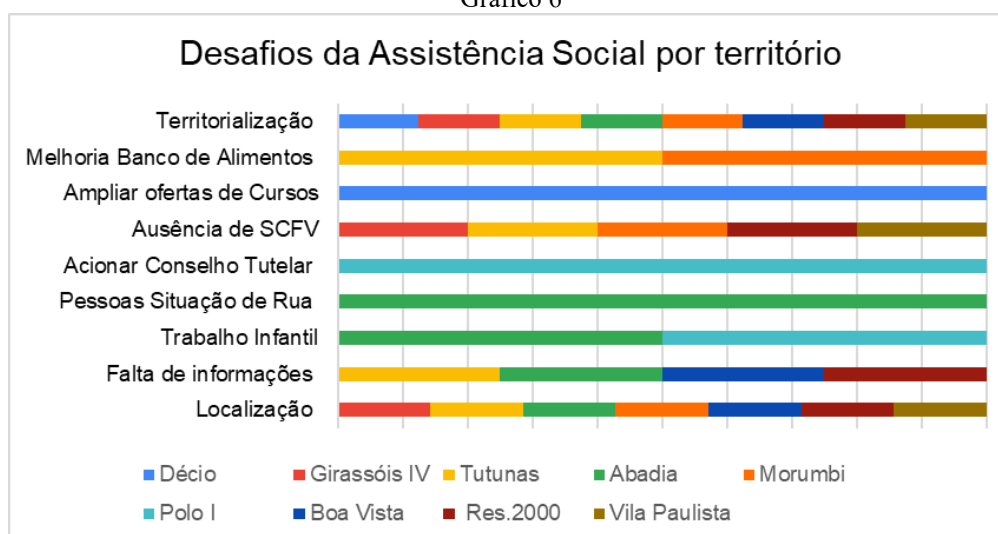
Diante disso, pensar nas diferenças de faixa etária no SUAS é reconhecer a importância desta política para proteção social, nas diversas áreas que engloba as políticas sociais. E pensar na organização dos serviços a partir do reconhecimento da população usuária a partir da faixa etária. Por isso a importância da oferta dos Serviços De Convivência e Fortalecimento Vínculo- SCFV nos territórios, e que estes serviços consigam abarcar a diversidade da população e dos territórios.

Quando os territórios falam: análise dos dados produzidos

No que se refere aos desafios da Política de Assistência Social nos territórios, os participantes destacaram, de forma recorrente, a localização dos equipamentos socioassistenciais como um fator limitador do acesso aos serviços, considerando que nem todos os bairros referenciados aos CRAS conseguem acessá-los de maneira equitativa. A disposição territorial das unidades, associada às dificuldades de deslocamento, impacta diretamente a vinculação das famílias aos serviços ofertados.

Além disso, foi apontada a ausência ou insuficiência da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em determinados territórios, o que amplia as desigualdades no acesso às ações preventivas e de fortalecimento de vínculos comunitários, configurando-se como um desafio relevante para a efetivação da proteção social básica de forma integral.

Gráfico 6



Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

A territorialização é fundamental para orientar a gestão da política pública, pois aponta onde investir esforços e recursos e como direcionar serviços para melhor e atender a realidade das famílias e indivíduos. Ainda em Ferreira (2023, s/p):

A territorialização permite a adaptação das políticas às demandas específicas de cada região, promovendo um olhar mais atento e sensível às particularidades de suas populações. Ao reconhecer a importância do território, a assistência social adquire a capacidade de ser mais eficiente, eficaz e inclusiva, garantindo que nenhum(a) cidadão(ã) seja deixado(a) para trás.

Nesta perspectiva, os CRAS têm um papel fundamental na condução do SUAS, uma vez que sua proximidade com a população usuária amplia sua capacidade de respostas às demandas reais da sociedade. A construção do vínculo entre os profissionais do SUAS e a comunidade é fundamental para qualificar o direcionamento dos serviços, de modo que não sejam concebidos apenas sob uma lógica burocrática e administrativa, mas a partir das demandas, vivências e especificidades dos territórios.

Nas oficinas do Mapa Falado foi possível trabalhar o conceito de território com os participantes, onde puderam refletir sobre o território em que vivem. A esse respeito citamos Pereira e Koga (2020, p.73):

O uso corriqueiro do conceito território sem a reflexão sobre os seus sentidos tanto para a gestão do SUAS, como também para os usuários, torna-o vazio, passando a constituir-lo como um elemento da pragmática, ou seja, da ação prática dos profissionais da assistência social. O conceito precisa externalizar a compreensão do contexto em que se dá a gestão da política pública, permeado pela produção e reprodução das relações sociais e pelas expressões da questão social, oriundas da relação capital x trabalho.

Pereira e Koga (2020) destacam a importância de problematizar as várias territorialidades presentes em uma mesma área e como elas se interagem, considerando neste meio o processo histórico. A gestão pública deve atentar à localização das unidades públicas para ir ao encontro da real necessidade da população e do território, nos dizeres de Pereira e Koga (2020, p. 75): “A dificuldade dos municípios em conseguir espaços próprios para a implantação de serviços e a falta de investimentos em imóveis adequados resultam em más condições de atendimento, compartilhamento de espaços, e localização em endereços que não condizem com a demanda real do território.”

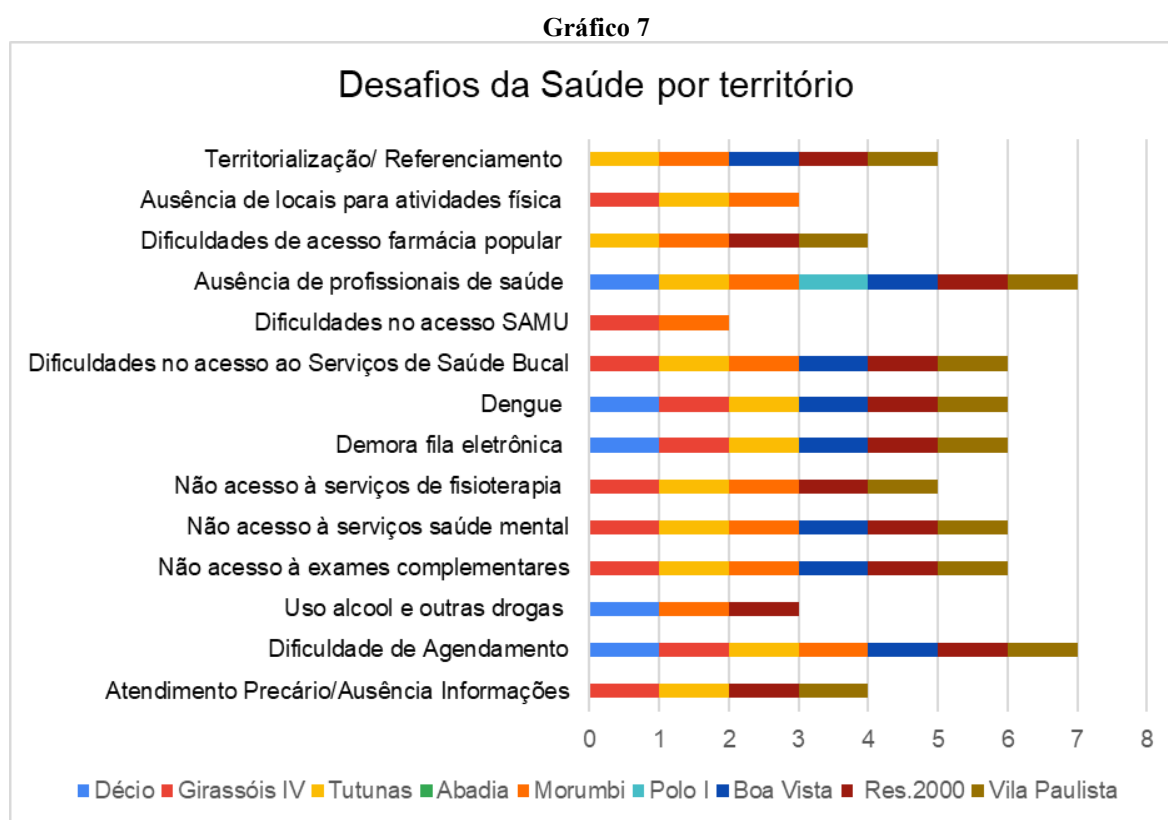
Saúde

Na política de saúde os participantes de todas oficinas elencaram como principal desafio a dificuldade de agendamento nos serviços de saúde. Todos os CRAS pontuaram este item como desafio, exceto o CRAS Abadia, que se destaca por ser um território central com bastante oferta de

serviços de saúde. Outros desafios em comum apontam para a ausência de profissionais de saúde, não acesso aos serviços de saúde mental e a exames complementares, demora na fila eletrônica, e também a dengue.

Foram pontuados desafios relacionados à qualidade do atendimento nos serviços de saúde. Tais desafios, como atendimento precário e falta de informações, apareceram com maior expressividade nas oficinas realizadas nos CRAS: Girassóis IV, Tutunas, Vila Paulista e Residencial 2000.

É importante salientar que em alguns territórios a falta de transporte aparece como principal obstáculo para o acesso aos serviços de referência.



Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

Urbanização

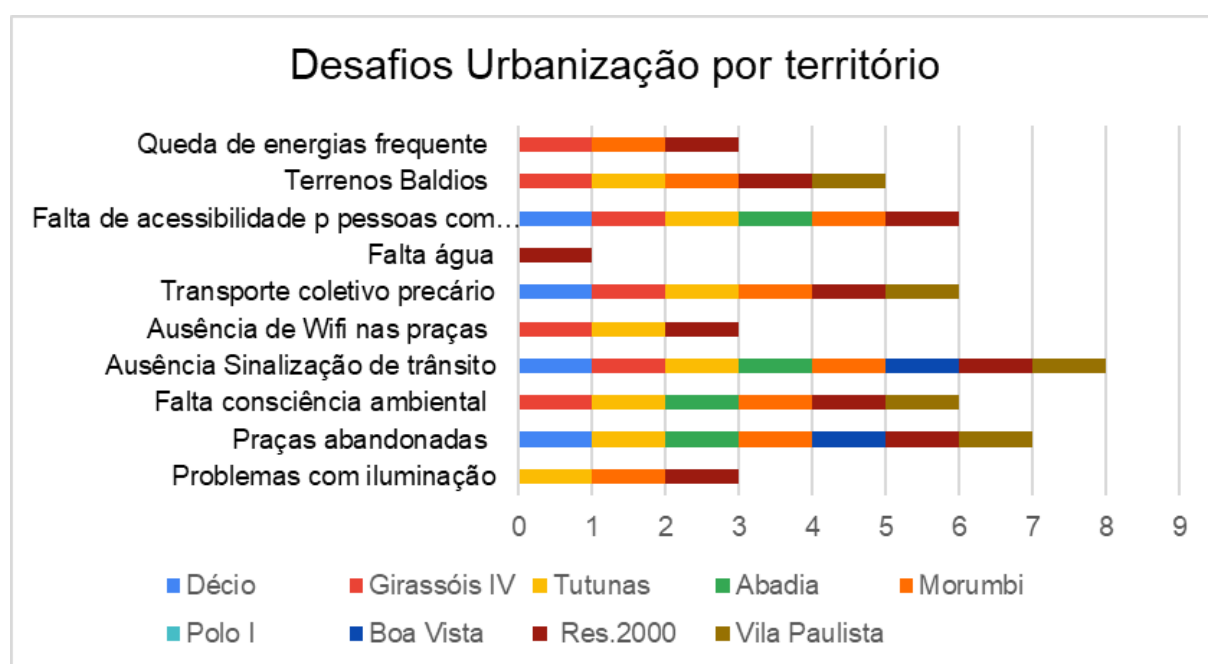
Os desafios da urbanização foi algo que também se destacou na realização das oficinas, por isso foram categorizados por territórios, haja vista que assim como os demais houveram desafios incomuns entre um território e outro. Contudo o que se destacou foi ausência de sinalização de trânsito, participantes de oito CRAS (Cras Décio, Girassóis IV, Tutunas, Abadia, Vila Paulista,

Morumbi, Boa Vista, Residencial 2000) queixaram-se de má e/ou ausência de sinalização, lombadas e semáforos.

Outro desafio apontado pela população dos CRAS Décio, Tutunas, Abadia, Morumbi, Boa Vista, Residencial 2000 e Vila Paulista, foram praças abandonadas, com mato alto, aparelhos de ginástica quebrados, ausência de iluminação e outros, afirmando ser um local necessário para população, mas que as condições precárias inviabilizam o uso. A ausência de acessibilidade e falta de conscientização ambiental foram desafios que também destacaram para 7 CRAS (CRAS Décio, Girassóis IV, Tutunas, Abadia, Morumbi, Residencial 2000 e Vila Paulista).

Por fim, foram apontados outros desafios, que mesmo em menor escala, impactam no cotidiano de vidas das pessoas, sobretudo, no acesso à serviços públicos essenciais para a vida. Conforme ilustrado no Gráfico 8, a seguir:

Gráfico 8



Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

O território, neste contexto, abrange uma multiplicidade de fatores que são complexos, os quais impactam a organização e atuação da PNAS, e sua relação com as demais políticas sociais, esta interferência considera o cotidiano do ciclo de vida das pessoas que são público alvo desta política (Viveiros, Silva, Almeida, 2020). É importante salientar que na atualidade há avanços na implementação e aperfeiçoamento das políticas públicas, com destaque a PNAS, porém para realizar esta análise faz se necessário olhar para o território e a população que habita nele.

Apesar da expansão de serviços sociais públicos, principalmente a partir dos anos 2000, ainda há um mapa de exclusão desenhado nas principais cidades brasileiras, agravados pela

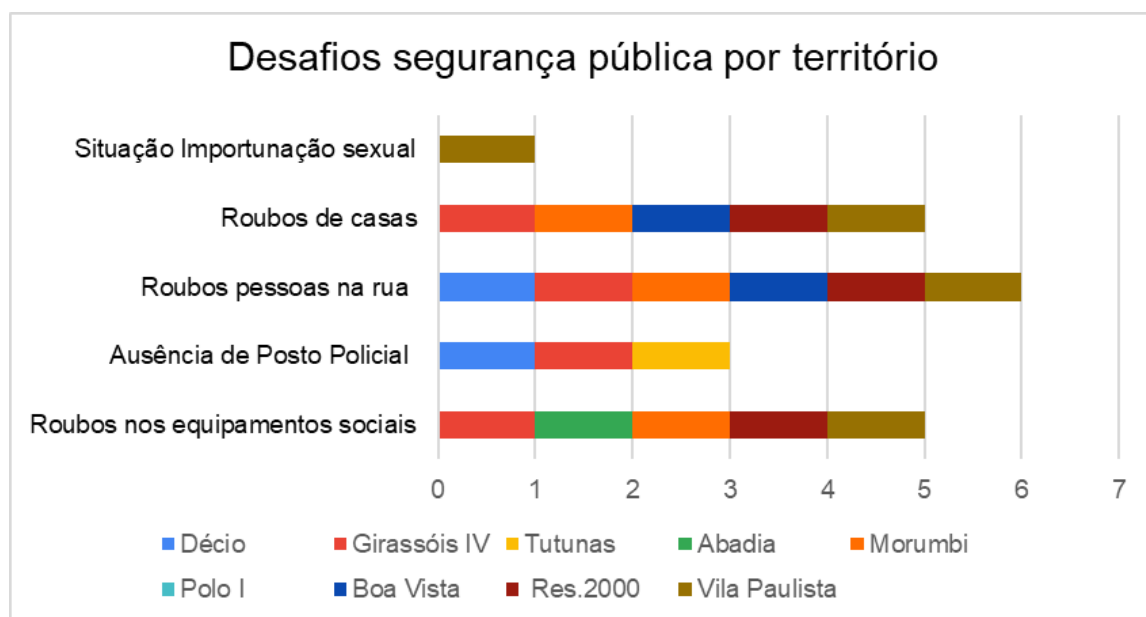
impossibilidade de acesso em decorrência de diversos fatores, principalmente relacionados à falta de infraestrutura, escassez de recursos financeiros e deficiências crônicas no sistema viário, e até mesmo a violência (Viveiro, Silva, Almeida, 2020, p.251)

E essa foi uma das linhas de abordagem do Mapa Falado, reconhecer a estrutura de cada território e sua relação com PNAS, e evidenciar o que precisa melhorar a partir da visão daqueles que estão no território. Os desafios apontados vinculados à infraestrutura são, se materializam de forma diferente mesmo sendo um mesmo município, que mostra que os serviços devem ser pensados à luz da realidade local.

Segurança Pública

Os principais desafios sobre a segurança pública foram: situação de importunação sexual, relatada pelas participantes da oficina do CRAS Vila Paulista; roubos de casas que foi algo relatado pelos participantes dos CRAS Girassóis IV, Morumbi, Boa Vista, Residencial 2000 e Vila Paulista. Assim como roubos de pessoas na rua, que foram citados pelos participantes das oficinas dos CRAS: Décio, Girassóis IV, Morumbi, Boa Vista, Residencial 2000 e Vila Paulista. Os participantes de outras três oficinas pertencentes ao território do CRAS Décio, Girassóis e Tutunas, relataram ausência de posto policial no território. O roubo em equipamentos sociais apareceu como destaque nos seguintes CRAS: Girassóis IV, Abadia, Morumbi, Residencial 2000 e Vila Paulista.

Gráfico 9



Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

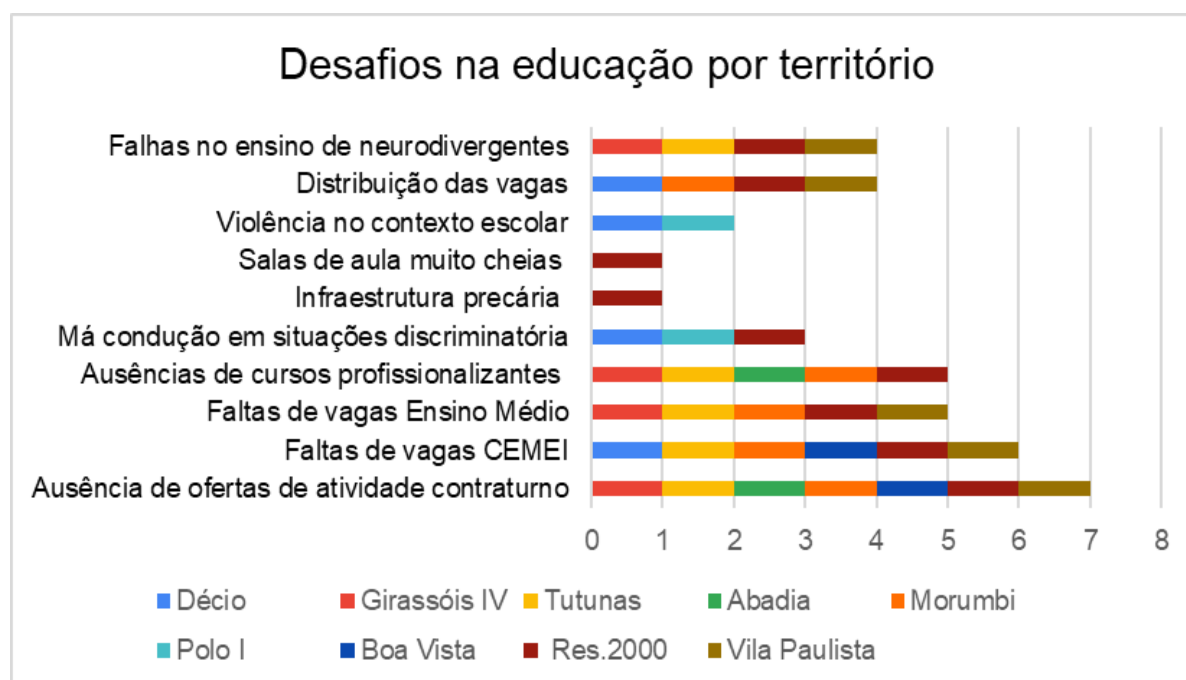
Educação

A educação foi um dos temas mais discutidos durante a realização das 11 oficinas. Predominou a educação como uma potencialidade nos territórios, contudo a estrutura e o cotidiano da implementação do ensino têm seus desafios. A ausência de ofertas de atividade contraturno nas escolas foi o principal desafio apresentado pelos participantes, como destaque nos CRAS Girassóis IV, Tutunas, Abadia, Morumbi, Boa Vista, Residencial 2000 e Vila Paulista. Outro principal problema destacado foram as faltas de vagas no CEMEI, com destaque nos CRAS Décio, Tutunas, Morumbi, Boa Vista, Residencial 2000 e Vila Paulista, concomitante a esta situação, os participantes dos CRAS Décio, Morumbi, Residencial 2000 e Vila Paulista apontaram que as regras de distribuição de vagas do CEMEI não são claras, dificultando o acesso ao serviço.

Além desses dois desafios, outros desafios também foram apontados como fundamentais para se repensar a reorganização da política de educação no município: falhas no ensino de pessoas neurodivergentes, violência no contexto escolar, salas de aulas muito cheias, infraestrutura precária, falta de preparo dos profissionais para lidar com situações de discriminação social, ausência de cursos profissionalizantes e falta de vagas no ensino médio.

Conforme mostra o gráfico 10:

Gráfico 10



Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

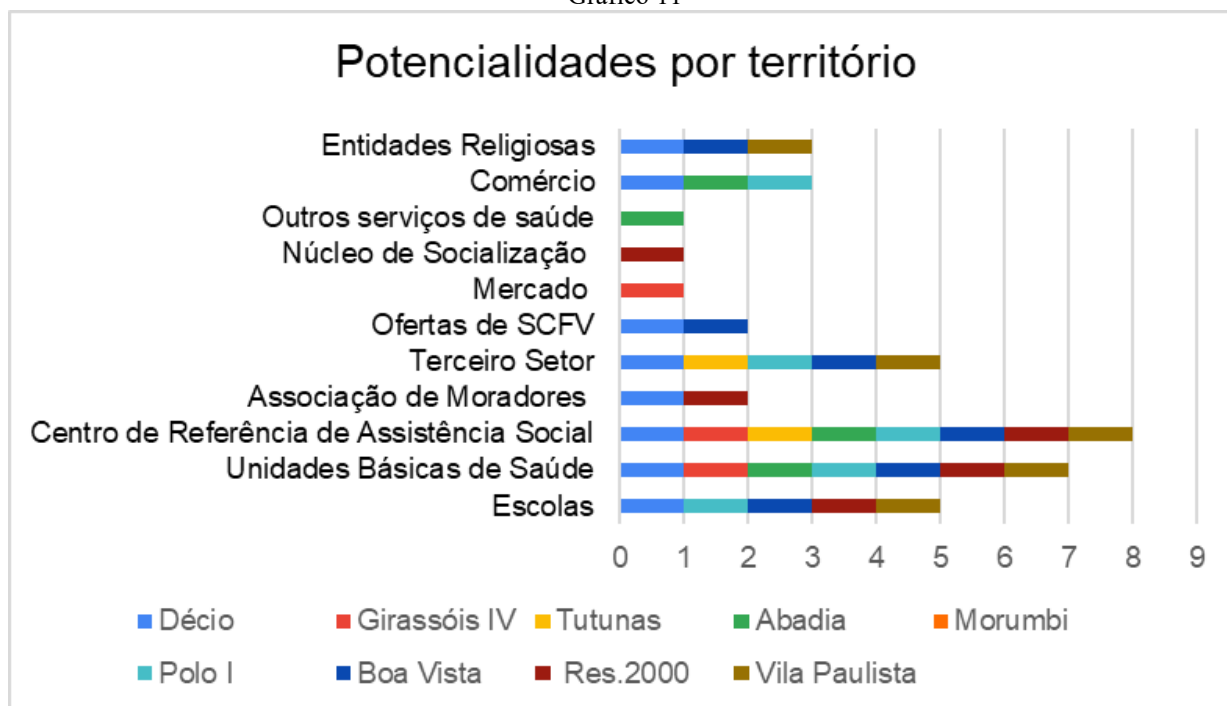
Todos os territórios apresentaram suas potencialidades, destacando-se principalmente pela presença e oferta de equipamentos públicos, dentre os quais se evidenciam as Unidades Básicas de

Saúde, Escolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e instituições e/ou projetos vinculados ao Terceiro Setor. Entretanto, observa-se que, durante as oficinas, as potencialidades foram mencionadas de forma mais geral pelos participantes, enquanto os desafios foram descritos com maior nível de detalhamento. Tal aspecto justifica a diferença na sistematização dos dados, uma vez que os desafios puderam ser categorizados por políticas públicas específicas, ao passo que as potencialidades foram analisadas de maneira mais abrangente, em função da recorrência e similaridade das informações apresentadas entre os territórios durante a execução das oficinas.

Neste contexto, as potencialidades foram trabalhadas a partir da visão dos participantes em conhecer e utilizar o equipamento social citado. Mesmo com os desafios estruturais e de Recursos Humanos, os CRAS se destacaram como a principal potencialidade do território, pois todos os participantes relataram a importância deste serviço para a população. As Unidades Básicas de Saúde também apareceram como potencialidades, apesar dos desafios citados anteriormente. As escolas também tiveram destaque, pois a maioria dos participantes não tiveram acesso à educação e sentem-se contemplados com a possibilidade dos filhos estudarem.

Outras potencialidades destacadas foram: o trabalho de entidades religiosas, como as Igrejas Católicas, Centros Espíritas e Igrejas Evangélicas; outros serviços de saúde, pois em alguns territórios são contemplados com unidades especializadas de saúde, como Hospital Escola, Centro de Reabilitação e outros serviços de rede atenção à saúde; oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos - SCFV; o trabalho das instituições do terceiro setor e das Associações de Moradores; o Núcleo de Socialização do bairro Residencial 2000, pertencente à política de assistência social, o qual oferta SCFV, mas ainda é compreendido pela população como serviço de contraturno escolar; e o comércio local do território Girassóis IV.

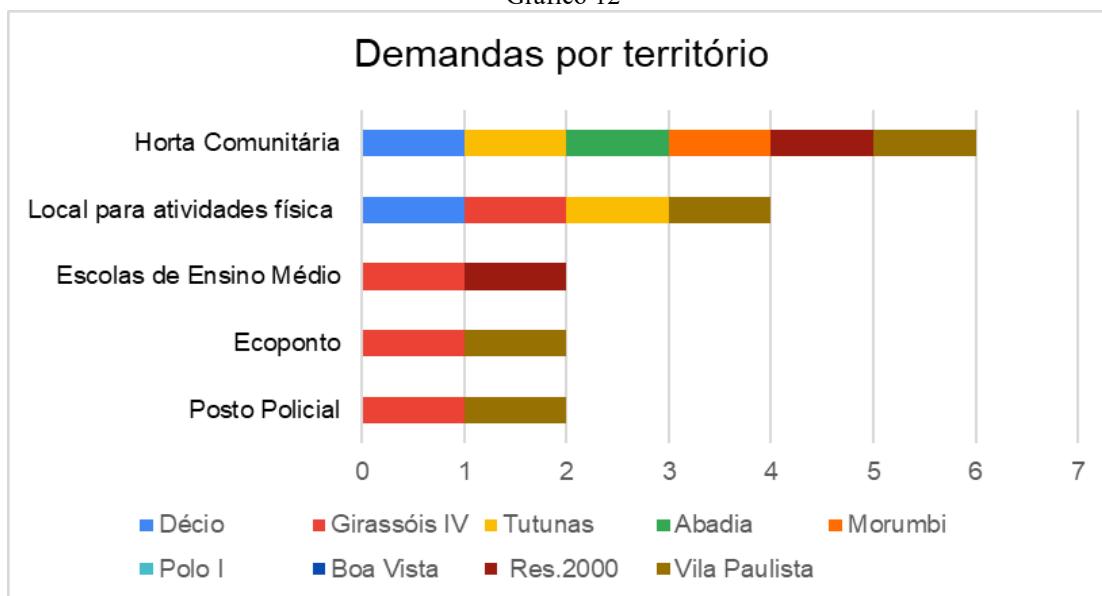
Gráfico 11



Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

Apesar das potencialidades identificadas nos territórios, o processo de escuta também evidenciou demandas importantes, conforme apresentado no Gráfico 12. A principal solicitação refere-se à implantação de hortas comunitárias, indicando a presença de situações de insegurança alimentar em alguns territórios. Destacou-se ainda a necessidade de ampliação de espaços destinados à prática esportiva e ao lazer, reconhecidos como fundamentais para o bem-estar e a saúde da população. Outras demandas apontadas incluem a ampliação da oferta de escolas de ensino médio, bem como a instalação de novos Ecopontos e postos policiais. Ressalta-se que o território Girassóis IV concentra um número significativo de demandas, uma vez que dispõe apenas de uma Unidade Básica de Saúde e de um CRAS, equipamentos insuficientes para atender integralmente a população local, caracterizada pela presença expressiva de famílias chefiadas por mulheres e por um número relevante de crianças e/ou adultos com deficiência.

Gráfico 12



Fonte: Relatoria Mapa Falado, 2025

Nesse contexto, as demandas identificadas evidenciam que, apesar dos avanços e das potencialidades existentes, a ausência da proteção social é sentida no território tanto para quem atua como para quem vive no território, sendo um dos principais desafios para implementação das políticas públicas, que deve levar em conta a participação da comunidade local. A metodologia do Mapa Falado considera a visão e o saber das pessoas que residem no território para sinalizar o que está dando certo e o que precisa melhorar, numa perspectiva de diálogo e fortalecimento de vínculos, superando os aspectos administrativos que envolvem a implantação dos serviços públicos. “A democratização e a participação popular no processo decisório e no planejamento da Assistência Social demandam a incorporação não só dos usuários, mas também dos trabalhadores, entendendo os prestadores dos serviços como coautores da política pública” (Pereira; Koga, 2020, p. 80).

Ainda persistem condições de vulnerabilidade e risco social no âmbito das famílias no país e que a implementação da política pública de assistência social exige tempo para se concretizar, que este processo enfrenta desafios imprevisíveis em seu cotidiano, uma vez que suas ações podem ou não coincidir com os resultados previstos pela normatização. (Almeida et al, 2016, p. 02)

Neste sentido, a partir da realização das oficinas, foi possível reconhecer a importância da história de cada CRAS. Diante disso, a equipe técnica do Departamento de Vigilância Socioassistencial decidiu registrar a trajetória de cada unidade, bem como a história das pessoas homenageadas com a denominação dos CRAS e como estes estão organizados atualmente. Outro resultado relevante foi a construção de propostas a partir das demandas comunitárias, elaboradas com base nas principais necessidades e sugestões levantadas durante as oficinas, visando ao aprimoramento dos serviços ofertados e da infraestrutura dos bairros do município de Uberaba-MG.

Dessa forma, como encaminhamento para o enfrentamento dos desafios identificados na Política de Assistência Social nos territórios, os participantes apresentaram propostas voltadas à qualificação da infraestrutura e à ampliação do acesso da população aos serviços socioassistenciais. Dentre as sugestões, destaca-se a necessidade de reforma estrutural e melhoria das instalações físicas do CRAS Abadia, especialmente quanto à ventilação e ao conforto de usuários e trabalhadores, bem como a realização de reforma completa do CRAS Polo I, visando à modernização e ampliação dos espaços de atendimento. Também foi apontada a importância de atendimento direcionado às famílias residentes na área conhecida como “Vilinha”, de forma a contemplar suas necessidades prioritárias conforme demandas apresentadas pelos próprios moradores.

Os participantes indicaram ainda, a necessidade de implantação de uma nova unidade do CRAS no bairro Alfredo Freire, com o objetivo de ampliar a cobertura territorial e facilitar o acesso da população aos serviços socioassistenciais, e enquanto não acontece a implantação, sugerem a disponibilização periódica de técnico do CRAS para atendimento descentralizado no bairro, em espaço cedido pela Unidade Básica de Saúde local. Somam-se a essas propostas a melhoria e manutenção dos equipamentos sociais existentes na região, assegurando melhores condições de uso e segurança para a comunidade, bem como a criação de um Núcleo Comunitário permanente que atue como elo entre população e gestão municipal, favorecendo o encaminhamento e acompanhamento das demandas sociais.

Também foi mencionada a necessidade de reforma da Associação do bairro Alfredo Freire, destinando o espaço à oferta de cursos profissionalizantes, oficinas culturais e reuniões comunitárias. Destacou-se ainda, a importância da implantação de Centros-Dia voltados ao atendimento de pessoas idosas e pessoas com deficiência, proporcionando cuidados especializados e atividades de convivência e integração social. Por fim, foi apontada a necessidade de apoio contínuo às hortas comunitárias já existentes, por meio da disponibilização de insumos e equipamentos, bem como incentivo à implantação de nova horta comunitária no bairro Girassóis IV, fortalecendo ações comunitárias e de segurança alimentar no território.

No que diz respeito à saúde os participantes apontaram: melhoria do atendimento médico e multidisciplinar na Unidade de Saúde Mental (UMS) George Chiree, com ampliação do quadro profissional e estrutura de suporte; ampliação do acesso da população a exames complementares, como exames laboratoriais e de imagem, para agilizar diagnósticos e tratamentos; ampliação e diversificação da oferta de especialidades médicas, incluindo psicologia, nutrição, fisioterapia, terapia ocupacional e outros serviços essenciais para a saúde integral; fortalecimento da atenção à saúde mental, com serviços territorializados, buscando facilitar o acesso e acompanhamento dos usuários;

melhoria da atenção a usuários de álcool e outras drogas, com programas específicos de acompanhamento e reinserção social; aumento da oferta de serviços odontológicos, com ampliação da equipe, disponibilização de materiais e equipamentos adequados para tratamentos; transparência e divulgação clara das informações sobre a utilização e cobertura dos serviços de saúde disponíveis para a população; disponibilização de transporte facilitado para que os usuários possam acessar serviços especializados como CAPS, Centro de Reabilitação e outras unidades; ampliação do estoque e distribuição de medicamentos essenciais via rede pública diretamente nos territórios.

Na política de Educação foram apontados os seguintes caminhos: garantia de transparência e equidade na distribuição das vagas em unidades educacionais, incluindo o CEMEI e demais níveis de ensino; implementação do ensino em período integral nas escolas municipais para ampliar a jornada escolar e promover atividades complementares pedagógicas e socioeducativas; criação de um Centro Municipal de Educação em Ambiente Alternativo (CEMEA) para atender as demandas educacionais dos territórios cobertos pelos CRAS Tutunas e Morumbi; desenvolvimento de cursos de formação continuada para professores e equipe escolar, abordando temas relevantes como bullying, cyberbullying, questões raciais, discriminação e violência no contexto escolar; melhoria integral da infraestrutura das escolas municipais Esther Limírio Brigagão, Niza Marque Guaritá e Professor José Macciotti, garantindo ambientes adequados e seguros para o ensino e oferta de atividades extracurriculares e contraturno, voltadas para crianças e adolescentes, com foco em desenvolvimento cultural, esportivo e social.

Já na segurança pública os apontamentos para a solução foram: ampliação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) para melhorar o monitoramento e atuação policial nas comunidades; reforço do policiamento ostensivo de rua, com maior presença e visibilidade, visando prevenção e resposta rápida a incidentes; melhoria da sinalização de trânsito, incluindo a instalação de lombadas, semáforos e placas educativas para aumentar a segurança viária e intensificação da fiscalização e manutenção dos terrenos baldios e públicos, prevenindo focos de insalubridade e ocupações irregulares.

Já na área da infraestrutura Urbana e Meio Ambiente os participantes indicaram a necessidade de: revitalização e manutenção das praças públicas, com melhorias na iluminação, bancos, equipamentos de lazer e paisagismo; tratamento eficaz dos pontos críticos de alagamento na cidade, por meio de obras de drenagem e limpeza de bueiros; ampliação do número de Ecopontos para facilitar a coleta seletiva e descarte adequado de resíduos; preservação e recuperação de córregos, nascentes e áreas verdes em torno da cidade, com ações de reflorestamento e conscientização ambiental ; inclusão de rede Wi-Fi gratuita nas praças para ampliar o acesso digital da população;

manutenção periódica de equipamentos públicos, assegurando sua conservação e funcionamento adequado.

Na área da Mobilidade Urbana foram apontadas as seguintes sugestões: ampliação da frota e horários do transporte coletivo, bem como revisão dos trajetos para melhor atender à demanda da população; melhoria do transporte escolar, garantindo segurança e acessibilidade para os estudantes; ampliação e maior divulgação do serviço de transporte alternativo “Cata-treco”, facilitando o acesso a bairros com menor cobertura e investimento em melhorias na mobilidade urbana, promovendo a integração entre diferentes modais e acessibilidade.

Por fim, no campo da Cultura e Desenvolvimento Social, os participantes apontaram a necessidade de: desenvolvimento de atividades culturais, com foco em música, artes e eventos comunitários, valorizando a cultura local; organização de atividades no Circo do Povo, alinhadas às demandas e interesses da comunidade; criação de cursos de geração de renda direcionados especialmente para mulheres, promovendo autonomia financeira e inclusão social e o incentivo e apoio ao comércio local e aos feirantes, com destaque para os bairros Alfredo Freire e Tutunas, fomentando o desenvolvimento econômico local.

Portanto, as propostas apresentadas são incomuns em alguns territórios, e destacam a necessidade de reformas e ampliações nos CRAS, unidades de saúde, escolas e equipamentos comunitários, bem como a implementação de serviços especializados, fortalecimento da segurança e promoção do desenvolvimento social e ambiental. Estas, as propostas, também apontam a importância da transparência, do cuidado com o meio ambiente e da inclusão social para a melhoria da qualidade de vida da população.

12. Considerações Finais

Este documento é fruto da parceria entre o Departamento de Vigilância Socioassistencial com a equipe técnica dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS. O Mapa Falado como metodologia participativa na Política de Assistência Social se confirmou uma ferramenta que contribui para o diagnóstico socioterritorial, possibilitando uma compreensão ampliada e qualificada da realidade dos territórios analisados.

Por meio desta metodologia que realiza ações coletivas e participativas foi possível captar não apenas dados quantitativos, mas, sobretudo, os aspectos qualitativos que refletem as percepções,

demandas e potencialidades das comunidades locais. E direcionar a gestão nas ações a serem realizadas conforme a real necessidade da população.

A análise dos indicadores estabelecidos mostrou desafios multifacetados nas áreas de assistência social, saúde, educação, segurança pública, infraestrutura urbana, cultura, meio ambiente e mobilidade, bem como importantes oportunidades para fortalecimento e aprimoramento dos serviços socioassistenciais. Destaca-se o papel do Mapa Falado como instrumento para fortalecer a participação social na avaliação dos serviços públicos e caracterização territorial, resultando na construção coletiva da agenda política local.

Além disso, a experiência desenvolvida no município de Uberaba reforça o valor do Mapa Falado como intervenção de baixo custo, porém de grande impacto, especialmente para a gestão pública, pois orienta decisões estratégicas e a melhoria da infraestrutura e da rede de serviços oferecidos. Juntamente com este processo, foi feito o levantamento da história de cada CRAS, haja vista que um dos eixos norteadores da execução oficina é retomar ao contexto histórico e o reconhecimento do sentimento pertencimento por parte da população.

A realização destas oficinas evidenciou a importância do trabalho em conjunto com os técnicos que estão na ponta, como evidenciado nesta experiência os do CRAS com o Departamento de Vigilância Socioassistencial. Este momento permitiu a troca de saberes sobre a dinâmica do processo de trabalho e as normativas que regulamentam o SUAS. Outro apontamento importante que surgiu a partir da realização das oficinas foi a necessidade de investimentos previstos para realização das oficinas, no caso para os lanches e materiais para execução das atividades.

Esta experiência ainda mostrou que apesar de estarmos em um mesmo município há diferenças territoriais, o que exige atenção na implementação de algumas ações que envolvem o coletivo e o serviço público. No decorrer das oficinas, foi evidenciado os avanços que ocorrem no município, mas também sinalizados melhorias principalmente o que envolve o acesso à serviços públicos, que devido à distância muitas pessoas não têm acesso ao que ao mínimo para o seu bem estar, o que confirma utilização metodologias como estas para identificar a real necessidade do território a partir da população que ali habita.

Por fim, este relatório reforça a importância da continuidade das ações participativas e do monitoramento constante, garantindo a transparência, a inclusão social e o cuidado ambiental como pilares para a promoção da qualidade de vida da população. A consolidação dos resultados obtidos com o Mapa Falado abre caminhos para a efetivação de políticas públicas mais assertivas e alinhadas às necessidades reais dos territórios.

Para facilitar a compreensão visual do Mapa Falado, construímos um mapa com a ferramenta My Maps, com a divisão dos territórios por abrangência dos CRAS e todos os desafios e potencialidades elencados neste relatório. Para acessar o mapa basta clicar no link abaixo:

<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1QYEL0CYftO84u9LH6nxMftHqPzjVQ5I&usp=sharing>

13. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C. M de et al . DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, NA PERCEPÇÃO DE SEUS EXECUTORES, MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento**, [S. l.], v. 4, n. 5, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/18842>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- APARECIDA DA SILVA, V. .; MOURA BUENO, K. . Mulheres e o cuidado no Sistema Único de Assistência Social. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 7, n. 41, p. c34809, 2024. DOI: 10.21680/1982-1662.2024v7n41ID34809. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/34809>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). Política Nacional de Assistência Social: PNAS. Brasília, DF: Autor. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília, DF: Autor.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016). Caderno de orientações sobre o PAIF e o SCFV: articulação necessária na proteção social básica. Brasília, DF: Autor.
- BRASIL. Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social. **Mulheres no SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social: Brasília-DF, 2019. Disponível em:< <https://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/>> Acesso em 27 jun 2025
- FARIA, A. A. da C. NETO, P. S. F. Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo / Andréa Alice da Cunha Faria e Paulo Sérgio Ferreira Neto. – Brasília: MMA; IEB, 2006.
- FERREIRA, Silvia Aline Silva. Reflexões acerca da concepção de território para a efetivação do SUAS. **Revista Casa Comum** (Coluna Paulus Social), 8 nov. 2023. Disponível em: <https://revistacasacomum.com.br/reflexoes-acerca-da-concepcao-de-territorio-para-a-efetivacao-do-suas/>> Revista Casa Comum. Acesso em 7 ago. 2025].
- FIOROTTI, M. R. DE O. Vigilância socioassistencial: travessia entre o texto normativo regulamentário e o contexto vivido. 2020. 194f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós Graduação em Serviço Social- Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2020.
- GARCIA, Renata Rocha Anjos. A proteção social do SUAS e os sujeitos do sexo masculino: os ausentes presentes. Orientadora: Nayara Hakime Dutra. 2023. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.
- GASPAROTTO, G.P; GROSSI, P.K. A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário. **Revista O social em questão**. Ano 20. nº38. 2017. Disponível em:< <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=540&sid=53>> Acesso em 27 jun 2025

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, Brasília n. 3, 2. ed., p. 0932, jan/jul 2004.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. *Serviço Social em Revista*. Londrina, V. 16, N.1, P. 30-42, Jul./Dez. 2013. 112

KOGA, Dirce e NAKANO Kazuo. Perspectivas Territoriais e Regionais para políticas públicas brasileiras. In: A Abong nas Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social. Cadernos Abong, 2005.

LAZZARI, Evelise. Vigilância socioassistencial no Brasil : contradições da operacionalização e repercussões no processo de democratização da política de assistência social. 2018. 208f. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em Serviço Social- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2018

NASCIMENTO, P. F.; MELAZZO, E. S. Território: conceito estratégico na assistência social. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 66–88, 2013. DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p66. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16148>. Acesso em: 24 maio. 2024.

PEREIRA, I.de. S.M; KOGA, D. A perspectiva territorial no SUAS a partir dos trabalhadores de Niterói(RJ). **Temporalis**, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 70–85, 2020. DOI: [10.22422/temporalis.2020v20n39p70-85](https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/28560). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/28560>. Acesso em: 8 ago. 2025.

PIEGUES, B. C.; MUSIAL, D. C. . Um retrato social das velhices no Sistema Único de Assistência Social, SUAS: aproximações iniciais. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S. l.], v. 24, p. 181–200, 2022. DOI: 10.23925/2176-901X.2021v24iEspecial31p181-200. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/55393>. Acesso em: 11 ago. 2025.

VIVEIROS, D.Si. de; SILVA, G. L. A. da; ALMEIDA, D. J. R. de. A categoria território na política de assistência social: notas sobre desigualdade territorial e o acesso aos bens e serviços públicos. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 236–255, 2020. DOI: 10.5433/1679-4842.2020v23n1p236. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38539>. Acesso em: 11 ago. 2025.